Aranha

POLÍTICA E ESTÉTICA



IMAGES/CORBIS-LATINSTOCK

A política é a arte de gerir e governar a pólis. As bandeiras nacionais são símbolos que produzem identificação entre os cidadãos de cada sociedade.

CAPÍTULOS

1 O que é política
2 Concepções de política: da Antiguidade ao Renascimento
3 Concepções de política: da Idade Moderna aos dias atuais
4 O que é arte

SE Sistema Educacional por Competências
UNO INTERNACIONAL



O anjo da história

O filósofo frankfurtiano Walter Benjamin vê nessa figura de Klee o anjo da história que olha atônito e perplexo as ruínas que o progresso amontoou. Assim diz Benjamin:

"Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as joga aos seus pés. Ele gostaria de deter-se para despertar os mortos e reunir os vencidos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso".

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985. In: MATOS, Olgária C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 108.



Angelus Novus (1920), desenho de Paul Klee.

Objetivos

Ao final deste módulo, você deverá ser capaz de:

- Entender os conceitos de soberania, força e poder e quando o uso da força é legítimo.
- Compreender o que é democracia e cidadania, para poder responder à pergunta: vivemos em uma democracia?
- Entender as principais concepções de política, dos gregos à contemporaneidade.
- Compreender o que é estado de natureza e contrato social, para contextualizar a formação do Estado moderno.
- Perceber as principais características do liberalismo e do socialismo.
- Comprender os principais conceitos de arte.

O que significa a metáfora usada pelo filósofo? Ele critica a ilusão do progresso e a violência exercida sobre os vencidos, ao longo da história humana, tecida pelo poder político que visa à dominação e não à emancipação dos indivíduos.

Portanto, é necessário um outro olhar sobre a política. Esse jogo de forças deve devolver à maioria dos indivíduos o que eles têm perdido ao longo da história.

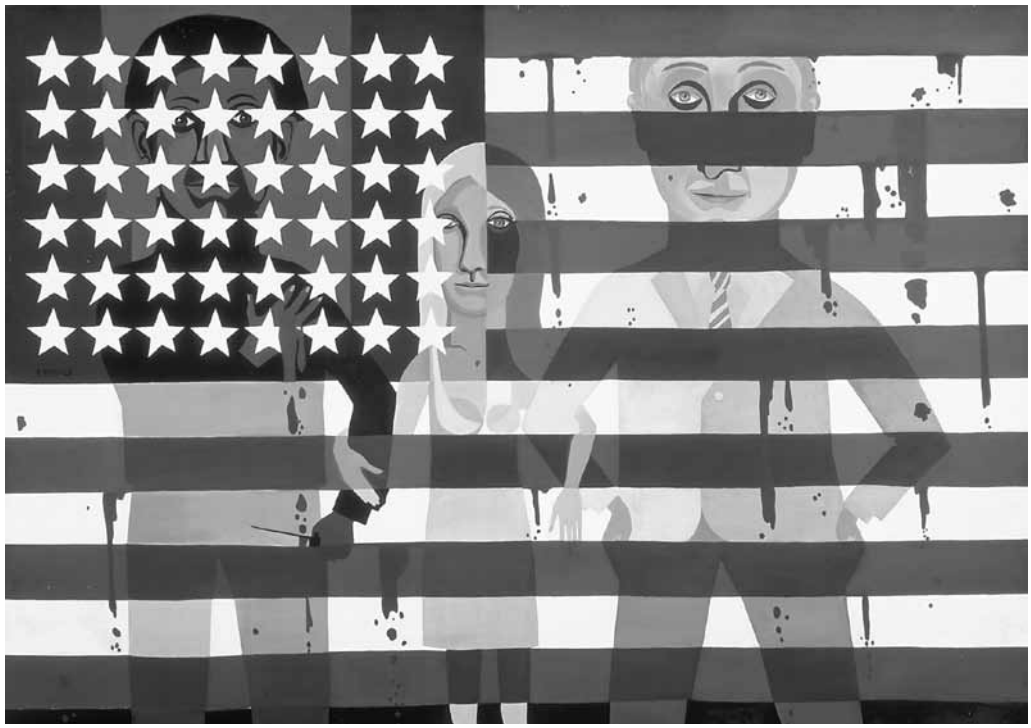
Neste módulo, vamos ver como os filósofos pensaram o que é — e como deve ser — a política.

Professor: Consulte o Plano de Aulas. As orientações pedagógicas e sugestões didáticas vão facilitar o seu trabalho com os alunos.

LICENCIADO POR AUTVIS, BRASIL, 2007.

CAPÍTULO 1

O que é política



DACS /CAROLE AND RONALD LAUDER, NEW YORK/THE BRIDGEMAN ART LIBRARY INTERNATIONAL

Figura 1 • *The flag is bleeding* (A bandeira sangra), de Faith Ringgold, 1967. Nascida no Harlem, bairro negro de Nova York, a artista criou uma série de bandeiras dos Estados Unidos. Nesta obra, o sangue denuncia os conflitos raciais e a discriminação de gênero.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Introdução

No dia a dia, usamos a palavra política de diversas maneiras que não se referem necessariamente a seu sentido fundamental. Por exemplo, sugerimos a alguém que seja mais político no seu modo de agir com as pessoas, ou nos referimos à política da empresa, da escola, da Igreja, como exercício e disputa do poder interno. Há também o sentido pejorativo de política, associado à politicagem, falsa política em que predominam os interesses particulares sobre os coletivos.

Afinal, de que trata a política? A política é a arte de governar, de gerir o destino da cidade. É a atividade por excelência que diz respeito à vida pública. Etimologicamente política vem de *pólis* ("cidade", em grego).

Não podemos imaginar um povo sequer sem algum tipo de política. Só que nem todos tiveram ocasião de analisar criticamente esse modo de agir coletivo. De fato, a política como reflexão surgiu na Grécia nos séculos V e IV a.C. Ou seja, além da prática da vida política, os gregos elaboraram teorias sobre essa atividade.

Desde então, em uma longa tradição de teorias políticas, os filósofos ora conceituam o que já se encontra em transformação na sociedade, ora projetam para o futuro ações revolucionárias. O **liberalismo** de Locke, em pleno período de desenvolvimento da burguesia, no século XVII, é um exemplo do primeiro caso. As teorias de Marx e Engels, no século XIX, sobre os fundamentos teóricos que inspiraram a Revolução Russa em 1917, ilustram a segunda situação.

Apesar das diferenças entre as diversas teorias, todas elas vinculam a política ao poder. É o que veremos a seguir.

Glossário

Gênero. *No contexto, refere-se aos gêneros masculino e feminino; no exemplo, à discriminação da mulher.*

Liberalismo. *Conjunto de ideias políticas, econômicas e éticas da burguesia, em oposição à visão de mundo da nobreza.*

2 Força e poder

A política se refere às relações de poder. Embora haja inúmeras definições e interpretações a respeito de poder, consideramos aqui a seguinte definição genérica:

- **Poder** é a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre objetos, indivíduos ou grupos humanos. Para tanto, é preciso ter a posse de meios que permitam alcançar os efeitos desejados.

O poder possui dois polos:

- quem exerce o poder;
- sobre quem o poder é exercido.

Nesse sentido, o poder é uma relação ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.

Em sentido bem amplo, todos nós temos poderes de produzir coisas, criar, punir, comandar, agraciar. No entanto, para que alguém exerça o poder, é preciso que tenha força, entendida como instrumento para a prática do poder. Quando falamos em força, é comum pensar-se imediatamente em força física. Na verdade, esse é apenas um dos tipos de força. Diz o filósofo Gérard Lébrun:

> "Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem *força* para mobilizar um certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem *força* para deflagrar uma greve. Assim, *força* não significa necessariamente a posse de meios violentos de **coerção**, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me **extorque** alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças); (...) Em suma, a força é a canalização da potência, é a sua determinação".
>
> *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp. 11-12.

Reflita

As teorias de Locke e de Marx, aparentemente distantes de nós, ainda repercutem nas discussões políticas atuais entre os defensores do capitalismo e os socialistas.

Glossário

Coerção. *Coação, repressão.*

Extorquir. *Obter algo por meio de força.*

Dissenso. *Mesmo que dissensão. Divergência; o contrário de consenso.*



BRUNO MIRANDA/FOLHA IMAGEM

Figura 2 • Assembleia de professores estaduais na Praça da República. São Paulo (SP), 2007. A democracia deve abrir espaços para a expressão do **dissenso** e respeitar as forças políticas nascidas no seio da sociedade civil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reflita

Você já percebeu que o abuso de poder às vezes ocorre também nas relações pessoais? O ciúme e o medo da perda muitas vezes degeneram a força originária da atração amorosa e a transformam em desejo de controle e imposição de comportamentos de um parceiro sobre o outro.

É evidente que o uso da força provoca confrontos, o que não representa um mal em si. Até deveria ser normal aceitar as divergências, conviver com as diferenças, aprender a trabalhar os conflitos inevitáveis em qualquer comunidade.

Porém, nem sempre as forças estão equilibradas e há quem não resista impor seu poder sobre o outro, constrangendo indivíduos ou grupos mais fracos e obrigando-os a agir conforme uma vontade exterior ou impedindo-os de atuar segundo sua própria intenção.

Passemos agora aos conceitos de força e poder no domínio estrito da política.

3 A institucionalização do poder

Entre tantas manifestações de força e poder, as que nos interessam neste capítulo referem-se à política e, em especial, ao poder do Estado. Essa instituição, desde os tempos modernos, configura-se como a instância por excelência do exercício do poder político em várias áreas da vida pública. Veremos, porém, que nos Estados democráticos esse poder se estende para alcançar a participação do cidadão.

Um poder institucionalizado é aquele que se estabelece por meio de leis que fundamentam a sociedade política. O processo de institucionalização do poder tomou força a partir da Idade Moderna, à medida que se distanciava da maneira de pensar medieval, predominantemente religiosa. À tese de que todo poder emana de Deus, se contrapôs a teoria do contrato social, pelo qual o poder legítimo é o que resulta do consentimento dos indivíduos e se faz em conformidade com a lei.

Reflita

Atenção: "tempos modernos" não é o mesmo que "tempos contemporâneos"; refere-se à Idade Moderna, período que se iniciou no século XVII e culminou nos séculos XVIII e XIX.

As ideias nascentes do liberalismo burguês estimularam essa nova maneira de encarar o poder político. A burguesia era a classe enriquecida que passou a se opor ao poder absoluto dos reis, movimento que culminou com as chamadas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.

Foi igualmente na modernidade que as funções de governar, legislar e julgar se separaram em poderes distintos — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário —, cada um com incumbências exclusivas de instituições estatais.

E mais: ao se atribuir ao Estado a **prerrogativa** do uso da força, retirou-se do indivíduo, ou de grupos, o papel de "fazer justiça com as próprias mãos", o que representou um ganho no processo civilizatório. As instâncias do poder legítimo passaram a depender do que chamamos de estado de direito, que impõe o julgamento conforme leis estabelecidas e recusa as ações **arbitrárias**.



THE BRIDGEMAN ART LIBRARY INTERNATIONAL/KEYSTONE

Figura 3 • As ideias revolucionárias vieram dos pensadores europeus. A Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 4 de julho de 1776, foi aplaudida como o primeiro modelo de república da época. *The Declaration of Independence, July 4th, 1776*, pintura de John Trumbull.

Glossário

Prerrogativa. *Privilégio.*

Arbitrário. *Que depende da vontade de quem age; abusivo; sem regras.*

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O exercício do poder e da força pelo Estado, entretanto, pode instaurar relações hierárquicas e discriminar segmentos sociais na participação do poder. O liberalismo burguês, embora tivesse implantado as ideias de liberdade política ao se opor ao absolutismo dos reis, ainda manteve por muito tempo um ideal elitista, não igualitário, ao privilegiar aqueles que possuíam propriedades, excluindo a maioria do acesso ao poder.

Você sabia?

Apenas recentemente as nações legalizaram o sufrágio universal, que estendeu o direito de voto aos pobres, às mulheres e aos analfabetos, ainda assim, não do mesmo modo em todos os lugares.

O ideal democrático, que inclui liberdade e igualdade, foi se constituindo ao longo dos últimos séculos, sobretudo a partir do confronto entre as ideias liberais e socialistas, e estas últimas tomaram força depois do século XIX.

Conforme os ideais democráticos, aquele que detém o poder no Estado é apenas o depositário da **soberania** popular. Segundo o filósofo Claude Lefort, quando perguntamos "qual é o lugar do poder na democracia", podemos responder que é o lugar vazio, porque se trata do poder com o qual ninguém se pode identificar e será exercido transitoriamente por quem for escolhido para tal.

Não é, porém, o que acontece nos governos não democráticos, em que a pessoa investida de poder dele se apossa por toda sua vida como se fosse seu proprietário. Por não se fundar na expressão da maioria, esse poder precisa sempre vigiar e controlar as divergências que poderão abalá-lo. Estimula, então, o "culto da personalidade", busca a uniformização de crenças, opiniões, costumes e destrói a oposição.

Glossário

Soberania. *Poder de mando numa sociedade política; no contexto,* soberania popular *é o poder que emana do povo.*



PAUL ALMSY/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 4 • Monumento a Josef Stálin em Praga, República Tcheca (foto de 1965). A imponência do monumento visa a provocar impacto: o "culto da personalidade" é uma marca do poder autocrático, que Stálin soube muito bem cultivar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Democracia e cidadania

A palavra democracia é formada por dois termos de origem grega: *démos* e *kratía*. Em um sentido mais primitivo, *démos* designava os diversos distritos que constituíam as dez tribos em que a cidade de Atenas fora dividida pelo legislador Clístenes, no século VI a.C. Posteriormente, *démos* passou a significar genericamente "povo" ou "comunidade de cidadãos". Já o termo *kratía* deriva de *krátos*, "governo", "poder". Daí, democracia como "governo do povo", "governo de todos os cidadãos".

Assim explica Norberto Bobbio:

> "Por *democracia* se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade".
>
> BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. pp. 55-56.

E cidadão, o que significa?

Como o próprio nome indica, cidadão é quem pertence à cidade. Mas não só: é também aquele que participa do poder. Trata-se da dimensão pública de todos nós, pela qual nos envolvemos na discussão de nosso destino comum. Para que os interesses particulares não se sobreponham aos coletivos, é preciso que o cidadão aprenda a distinguir entre o público e o privado.

O cidadão é um sujeito de direitos, entre os quais podemos distinguir:

- Direitos civis: consistem, entre outros, na vida, na segurança, na propriedade, na igualdade perante a lei e na liberdade de pensamento, expressão, religião, opinião e movimento.
- Direitos sociais: são os direitos à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, ao acesso à cultura, bem como à proteção em caso de desemprego, doença etc.

Em contrapartida, o cidadão é um sujeito de obrigações, tais como pagamento de impostos, responsabilidade coletiva, solidariedade e participação efetiva, o que significa desempenhar uma cidadania ativa, muito além do importante ato de votar.

Para um indivíduo participar de sua comunidade como cidadão ativo, é preciso que ele seja politizado — já que ninguém nasce cidadão; caso contrário, tende a predominar a apatia ou o risco de manipulação.

Cidadania se aprende no próprio exercício da cidadania. E isso se faz nos mais diversos espaços: em casa, na rua, no trabalho, na escola. Se nesses locais prevalecerem relações autoritárias, atitudes de egoísmo, falta de respeito, ausência de compromisso com o bem comum, será inútil qualquer discurso sobre cidadania. Aliás, muitas dessas pregações serão vazias, caso não favoreçam de fato a conquista de espaços de atuação política para o cidadão.

Reflita

A participação popular tem se intensificado com os diversos grupos formados na sociedade civil, as organizações não governamentais (ONGs), pertencentes ao chamado *t*erceiro setor.

Glossário

Policracia. *Literalmente, vários poderes.* Polys, *em grego, significa "muitos"; e* kratía, *"poder": o poder distribuído entre os cidadãos.*

O importante do processo democrático é que ao lado dos outros poderes, como o poder oficial — o do município, o do estado e o federal — e o poder das elites econômicas, desenvolve-se uma **policracia**: o esforço coletivo na defesa de interesses comuns transforma a população, antes amorfa, inexpressiva e não politizada, em uma verdadeira comunidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Vivemos em uma democracia?

Quando perguntamos se o Brasil é um país democrático, muitas pessoas respondem afirmativamente, sem titubear, lembrando que, após os anos da ditadura militar iniciada pelo Golpe de 1964, recuperamos as liberdades perdidas.

No entanto, preferimos dizer que o Brasil é e não é uma democracia. Para melhor entender essa ambiguidade, vamos nos apoiar em uma distinção retomada por Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de política*, no qual destaca a distinção entre democracia formal e democracia substancial.

- O aspecto formal da democracia consiste no conjunto das instituições características desse regime: voto secreto e universal, autonomia dos poderes, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento e de expressão, imprensa livre, pluralismo e assim por diante. Trata-se, propriamente, das "regras do jogo" democrático, que estabelecem os meios pelos quais a democracia é exercida.
- A democracia substancial diz respeito não aos meios, mas aos fins, aos resultados do processo. Dentre esses valores, destaca-se a efetiva — e não apenas ideal — igualdade jurídica, social e econômica. Portanto, a democracia substancial visa aos conteúdos alcançados: se de fato todos têm moradia, educação, emprego, acesso à cultura etc.



LARRY WILLIAMS/CORBIS-LATINSTOCK



PIERRE PERRIN/ZOKO PRODUCTIONS/CORBIS-LATINSTOCK

Figuras 5 e **6** • As duas imagens são reveladoras da desigualdade social: só podemos reconhecer a efetiva democracia se os bens produzidos pela sociedade se estenderem a todos os cidadãos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Infelizmente basta consultar os índices econômicos e sociais para constatar a má distribuição de renda e de terras que persiste no país e, consequentemente, a desigualdade no acesso àqueles bens já referidos.

Portanto, a sociedade verdadeiramente democrática precisaria expressar-se sob os dois pontos de vista: o formal e o substancial. Embora haja variações nos graus de aproximação desse ideal, sabemos que pelo menos até agora nenhuma nação preencheu totalmente tais requisitos.

6 A fragilidade da democracia

A democracia está sempre "por fazer", no sentido de que não há modelos a seguir, já que a noção de modelo supõe a imposição antecipada e indevida de algo que é considerado o melhor. Ao contrário, a democracia se autoproduz no seu percurso, porque, por essência, ela não se move pelo autoritarismo, mas está aberta à discussão, ao pluralismo, ao conflito não violento, à transparência que deve acompanhar as ações políticas.

Ao mesmo tempo, porém, encontra-se sempre ameaçada pela intolerância dos que desejam se impor pela força, dos que agem às escondidas para melhor dominar, dos que recorrem à mentira.

Por isso mesmo a democracia é frágil. Sua fragilidade não é propriamente uma fraqueza, porque resulta da sua abertura às posições divergentes. O fortalecimento constante da democracia encontra-se na politização do cidadão: a educação para a cidadania é condição para prevenir a manipulação do eleitor pela propaganda eleitoral e estimular a sua participação efetiva na vida pública.

7 Conclusão

A política, de certo modo, permeia as atividades humanas, interferindo na vida de cada um de múltiplas maneiras: na regulamentação das ações dos cidadãos, já que nas sociedades modernas as leis são feitas por representantes escolhidos pelo povo; na gestão dos assuntos relativos à educação, à saúde, ao abastecimento, aos transportes; nos aparelhos repressivos, como tribunais, polícia, prisões.

Portanto, ninguém pode se considerar apolítico — indiferente à política —, sob pena de essa pretensa neutralidade justificar a política vigente. O indivíduo despolitizado compreende mal o mundo em que vive e é facilmente manobrado por aqueles que detêm o poder.

Se admitirmos que a política é uma dimensão importante da nossa vida, reconhecemos a necessidade da educação efetiva para o exercício da cidadania consciente e ativa, para pressionar o governo ou atuar na sociedade civil nas áreas em que for necessário, ampliando as possibilidades da gestão democrática.



Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exercícios dos conceitos

1 Explique como, na linguagem cotidiana, os conceitos de poder e de força muitas vezes assumem conotação negativa. Em seguida, verifique o significado positivo desses conceitos, dando exemplos diferentes dos citados no capítulo.

Poder e força têm um sentido negativo quando associados à violência, à coerção. Têm sentido positivo quando se referem a relações equilibradas. Por exemplo: o médico tem o poder de curar, o professor, o poder de ensinar, os pais, o poder de proteger os filhos. Uma pessoa pode ter força de ânimo (o contrário da apatia), ou a força de não ceder à corrupção; a força de aguentar o sofrimento etc.

2 Qual é o tipo de política que começa a surgir, na Idade Moderna, com a institucionalização do poder e em que medida esse processo abre caminho para a democracia?

O Estado moderno tornou-se a instância do exercício legítimo da força, instaurando as ideias de estado de direito, que pressupõe o julgamento conforme as leis e, portanto, a recusa da arbitrariedade dos poderosos. A institucionalização do poder abre caminho para a democracia pelo direito à igualdade que caracteriza a noção de soberania popular. Desta decorre o conceito de cidadania, segundo o qual o cidadão é aquele que participa do poder.

3 Em época de eleições gerais, as pessoas ficam mais interessadas na escolha dos membros do Executivo do que na dos vereadores, deputados e senadores. Por que são importantes o mesmo empenho e cuidado na escolha dos membros do Legislativo?

Primeiro, porque é o Legislativo, como o nome diz, que propõe a maioria dos projetos de lei, os discute e os aprova. Além disso, deve haver uma coerência dos representantes do Executivo e do Legislativo, ao escolher candidatos a vereadores do mesmo partido ou de partidos aliados, o que, em tese, facilitaria o encaminhamento e aprovação das reformas propostas pelo Executivo.

4 Por que os conceitos de democracia formal e de democracia substancial são importantes na análise do compromisso democrático de um país? Argumente sua resposta e exemplifique.

A democracia formal diz respeito aos meios que tornam possível o regime democrático: voto secreto e universal, autonomia dos poderes etc. A democracia substancial refere-se aos fins alcançados: igualdade jurídica, social e econômica. Há países que têm democracia formal, mas os bens produzidos não se estendem a todos os cidadãos, como é o caso do Brasil. Os exemplos podem vir das estatísticas que indicam a desigualdade em vários setores.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Destaque e analise as principais características da cidadania ativa.

Politização, participação da vida pública, distinção entre o público e o privado, reivindicação dos direitos cívicos e sociais, cumprimento das obrigações de cidadão.

6 Aplique os conceitos de pluralismo, consenso e dissenso para explicar a concepção de que na política democrática o conflito é necessário e o adversário não é um inimigo que deva ser excluído.

A democracia pressupõe o pluralismo, ou seja, a multiplicidade de crenças, orientações, concepções, interesses e, portanto, divergências. O que significa que nem sempre o consenso é possível e mesmo quando prevalece a decisão da maioria, é possível que permaneça o dissenso. Na democracia, o conflito não é algo a ser evitado, nem enfrentado pela violência, mas sim pelo argumento e pela persuasão.

7 O que significa dizer que na democracia deve prevalecer uma policracia? Dê exemplos.

Enquanto a autocracia é o poder de um só e, portanto, uma tirania, a policracia consiste na distribuição do poder entre os cidadãos. Exemplo: o poder de associações como os sindicatos profissionais, as associações de moradores, grupos de defesa do ambiente e dos direitos humanos, ONGs as mais diversas, pacifistas etc.

8 Explique em que sentido as seguintes afirmações contrariam o ideal democrático: "O Estado sou eu" (Luís XIV, rei da França); "A lei, ora, a lei!" (Getúlio Vargas). Comente a diferença entre os dois momentos históricos (França, século XVII, e Brasil, século XX) e a gravidade da segunda declaração.

Ambas as afirmações denotam posições autocráticas, personalistas e contrárias ao espírito da democracia. No entanto, Luís XIV, da França, viveu no período do absolutismo real do Antigo Regime, cujas teorias políticas se baseavam no "direito divino dos reis". Getúlio Vargas, porém, governou em uma época que já herdara os ideais do Iluminismo do século XVIII, segundo os quais deve haver equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o que, no caso de Vargas, representa um retrocesso para a democracia.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Professor: Consulte o Banco de Questões e incentive os alunos a usar o Simulador de Testes.

Retomada dos conceitos

1 No ideal da democracia grega, há três pilares: igualdade, liberdade e participação. Discuta em que medida esses valores são ou não alcançados na democracia brasileira.

Em tese, de acordo com a Constituição brasileira (art. 5º, transcrito na questão 4, a seguir), todos seriam iguais, livres e participativos. No entanto, como vimos na questão sobre a democracia formal e a substancial, estamos longe de estender esses direitos a todos.

2 Pensando na fragilidade da democracia, discuta como os valores da liberdade de imprensa e o da formação da opinião pública podem ser deturpados. E o que seria necessário contrapor a essas possíveis deformações.

A imprensa deve estar isenta de censura. Além disso, é importante o pluralismo das publicações, para que o cidadão não fique refém de uma só tendência política: o pluralismo é um valor desejável para a democracia.

3 "A democracia é subversiva no sentido mais radical da palavra porque, onde chega, subverte a concepção tradicional de poder (...) segundo a qual o poder — político ou econômico, paterno ou sacerdotal — desce do alto para baixo."

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 64.

A partir dessa citação, explique o que é poder descendente e poder ascendente.

Poder descendente é, como o nome diz, aquele que vai do alto para baixo, e, portanto, é autocrático. O poder ascendente é o que respeita a soberania popular (vai de baixo para cima), ou seja, é democrático. A cidadania ativa não espera que apenas o Estado tome decisões, mas usa recursos para provocar mudanças.

4 "Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade."

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Analise esse artigo da Constituição brasileira a partir do ponto de vista de quem tem propriedades e daqueles que não as têm. Os dois grupos estão nas mesmas condições de igualdade quanto à liberdade econômica e jurídica?

Num país em que o índice de distribuição de terras e de renda é um dos piores do mundo, não há como comparar o acesso aos direitos entre os que são proprietários e os que são privados desses bens, a começar pela exclusão escolar, que barra a possibilidade de ascensão profissional, as más condições de moradia e saúde, entre outros exemplos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Levante a letra completa da música *Cálice*, de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil, de 1973, e que começa assim: "Pai, afasta de mim esse cálice (...) de vinho tinto de sangue".

Observe que o primeiro verso reproduz a fala de Cristo, antevendo seu martírio. Além disso, é feito um jogo com a palavra "cálice", que pode ser ouvida como "cale-se". A partir desses sinais, explique quais são as críticas que os compositores dirigiam ao regime militar e fundamente sua resposta com argumentos e trechos da letra.

Trata-se de crítica à censura imposta pela ditadura: o poder autocrático não é transparente e reprime o conflito e o pluralismo das ideias e comportamentos.

Ver outras análises no Plano de Aulas.

Professor: A intenção é que o aluno perceba como o mesmo fato adquire enfoques diferentes conforme a orientação ideológica do jornal, já que nenhuma publicação é neutra, mas reflete determinado ponto de vista político e cultural: fazem juízos de valor, alguns dão destaque a certos fatos que outros desprezam; mas também existem casos em que certos acontecimentos importantes são omitidos intencionalmente e manchetes sugerem, com meias-verdades, o que pode representar interpretação tendenciosa dos fatos etc.

6 Escolher uma das sugestões para uma pesquisa em grupo:

Tema 1: A veiculação de notícias políticas nos jornais.

a) Em classe, fazer o levantamento dos principais jornais do estado e da cidade em que vocês moram.

b) Cada grupo irá consultar um dos jornais durante cinco dias consecutivos, para acompanhar as informações publicadas sobre um acontecimento marcante na política nacional ou internacional; o que os editoriais e os comentaristas escrevem sobre o assunto também deve ser lido.

c) O trabalho será apresentado na forma de um relatório sobre todo o material lido (relato dos fatos e interpretações). Os relatórios serão comparados em classe, a fim de discutir o tratamento que cada jornal deu ao assunto (por exemplo, ênfase em certos fatos, omissão de outros, distorções etc.).

Tema 2: As funções dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

a) Pesquisar sobre as funções de cada um dos três poderes (sugerimos consultar a Constituição da República Federativa do Brasil, Título IV, Da organização dos poderes, capítulos I, II e III.

b) O resultado da pesquisa será utilizado em um debate em classe sobre a importância da integração e da autonomia desses poderes.

Professor: A intenção é que o aluno conheça cada um desses poderes, suas atribuições, os membros que o constituem. Solicitar que destaquem os principais aspectos de cada poder.

Redação

7 (UFMG) Leia esta afirmação:

"Os homens normais não sabem que tudo é possível."

ROUSSET, David, citado por Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 337.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Observe esta fotografia:



BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Soldados nazistas reunidos em praça para ouvir Adolf Hitler.

Redija, em seu caderno, um texto estabelecendo uma correlação entre a fotografia e a citação.

A imagem é um flagrante do momento histórico da Alemanha nazista na Segunda Guerra, como indicam ao fundo os painéis com a suástica, além da ideia de massificação e conformidade que resulta dos indivíduos/soldados enfileirados. Já David Rousset é citado pela filósofa Hannah Arendt, em um livro que trata do totalitarismo. Após aquele período, o mundo tomou conhecimento de atrocidades, sobretudo nos campos de extermínio nazistas e nos *gulags* soviéticos. Os alunos poderão abordar esses acontecimentos que se contrapõem ao ideal democrático, argumentando sobre a liberdade, o mal, a violência, a guerra.

8 Faça uma dissertação com o seguinte tema:

"Uma má democracia é sempre preferível a uma boa ditadura."

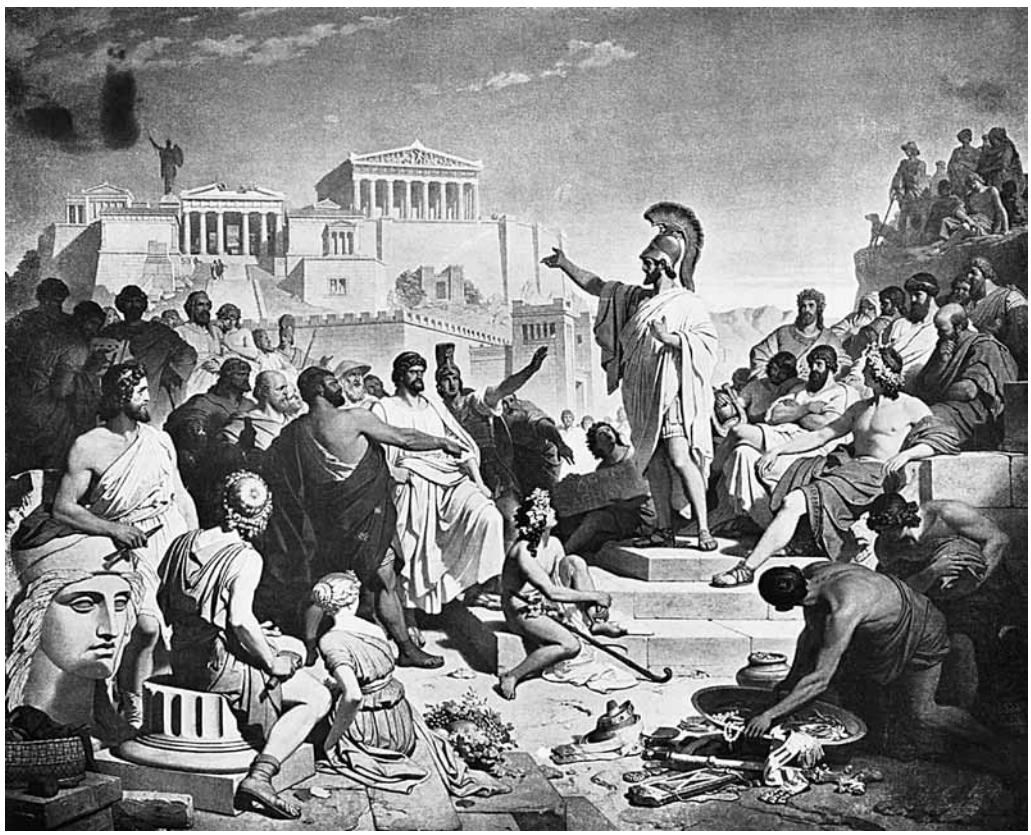
BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 74.

Embora a intenção do tema seja a defesa da democracia, nada impede que o aluno tenha uma posição oposta. O importante é que saiba justificar com argumentos o seu ponto de vista, elencando as vantagens e desvantagens de uma e de outra.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 2

Concepções de política: da Antiguidade ao Renascimento



BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 1 • Na ágora ateniense, logo abaixo da acrópole, o povo se reúne para a assembleia em que os oradores discutem os destinos da cidade. *Funeral oration for Pericles* (Discurso fúnebre a Péricles), pintura de Von Folz.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Introdução

Em todos os tempos e lugares, nas mais diversas situações, sempre houve lutas pela conquista e pela manutenção do poder ou contra a opressão. É inevitável que se pergunte: Quando o poder é legítimo? Quais os seus fundamentos e os seus limites? Como conquistar o poder e como mantê-lo? Como tratar aqueles que se submetem ao poder? Por que tantos obedecem a tão poucos?

Para essas questões, as explicações dadas se baseiam ora nos mitos e nas religiões, ora em teorias de filósofos e cientistas políticos. Em qualquer um dos casos, as ideias políticas expressam o mundo em que foram concebidas e sempre trazem um convite à ação: para manter e justificar o *status quo* ou para imprimir mudanças na sociedade, seja pelo reformismo, seja pela revolução.

Neste capítulo e no seguinte, optamos por abordar as questões referentes à soberania, que consiste no poder de mando de última instância, ou seja, o poder supremo. Veremos as justificativas e as propostas dadas por diferentes pensadores, no decorrer da história ocidental.

2 Os sofistas e o ideal democrático

Foi em Atenas que surgiram as primeiras ideias de cidadania e de democracia, no século V a.C. Em oposição à visão aristocrática de poder, o cidadão podia — e devia — atuar na vida pública, independentemente de sua origem familiar, segmento social ou função. Todos eram iguais, com o mesmo direito à palavra na assembleia e à participação no exercício do poder para decidir sobre os destinos da pólis.

Reflita

Vale destacar que em Atenas, excluídos os estrangeiros, as mulheres e os escravos, restavam apenas 10% considerados cidadãos, capacitados para participar da política e decidir por todos.

Embora restrita aos poucos que eram considerados cidadãos, não resta dúvida de que se tratava de uma nova concepção de poder, que opunha a democracia à aristocracia.

Os filósofos **sofistas** (Protágoras, Górgias e outros) procederam à elaboração teórica que legitimava o ideal democrático da nova classe dos comerciantes. Mestres da retórica, os sofistas ensinavam a usar os instrumentos da arte de falar bem e de persuadir, tão necessária para o cidadão expor suas ideias nas assembleias e na ágora, a praça pública.

Glossário

Sofista. *Do grego* sophos, *"sábio"; designava os filósofos do período clássico; mas o termo adquiriu sentido pejorativo daquele que emprega sofismas, argumentos com a intenção de enganar.*

3 Platão: a sofocracia

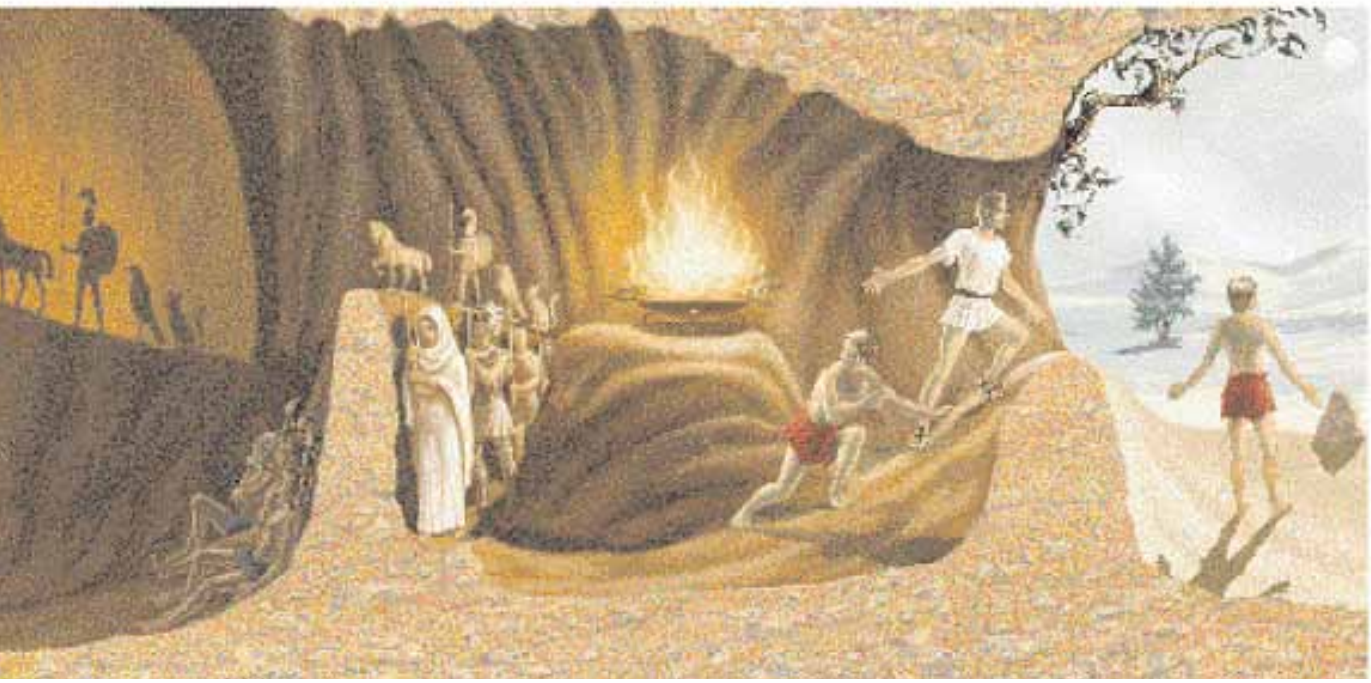
O pensamento político de Platão encontra-se sobretudo nas obras *A República* e *Leis*. Em estilo agradável, muitas vezes poético e com recurso a alegorias, Platão escreve diálogos em que o seu mestre Sócrates é o principal interlocutor.

Valorizando a reflexão filosófica, Platão concebe uma sofocracia (etimologicamente "poder dos sábios"). Segundo ele, pessoas comuns, por serem vítimas do conhecimento imperfeito, da opinião, devem ser dirigidas por aqueles que se distinguem pelo saber.

Critica, portanto, a democracia, por desconhecer que a igualdade se dá apenas na repartição dos bens, mas nunca no igual direito ao poder. Para o Estado ser bem governado, é preciso que "os filósofos se tornem reis, ou os reis se tornem filósofos".

Na obra *A República*, Platão ilustra o seu pensamento com o famoso mito da caverna, que você já conheceu no módulo *Ética*: em uma caverna, pessoas se encontram acorrentadas desde a infância, de tal modo que, não podendo ver a entrada da caverna, apenas enxergam o seu fundo, no qual são projetadas as sombras das coisas que passam às suas costas, onde há uma fogueira. Quando um desses indivíduos se solta das correntes e sai à luz do dia para contemplar os verdadeiros objetos, toma consciência do seu engano. Ao regressar, relata o que viu aos seus antigos companheiros, mas esses o tomam por louco e não acreditam em suas palavras.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



REPRODUÇÃO

Figura 2 • A alegoria da caverna é uma metáfora pela qual Platão contrapõe o mundo sensível ao mundo inteligível.

A análise do mito pode ser feita pelo menos sob três pontos de vista: o epistemológico (relativo ao conhecimento), o político (relativo ao poder) e o pedagógico (relativo à educação), já que aquele que contemplou as ideias retorna para ensinar aos demais.

Neste capítulo vamos considerar o ponto de vista político: cabe ao sábio ensinar e dirigir, ou seja, trata-se da necessidade da ação política, da transformação das pessoas e da sociedade, desde que essa ação seja orientada pelo modelo ideal contemplado.

Platão imagina, então, uma cidade ideal, em que os futuros governantes são escolhidos entre os filósofos, representantes do mais alto grau da formação humana. Os demais se ocupariam com os problemas concretos do dia a dia, como a agricultura, o comércio e a defesa da cidade.

Propõe que o Estado, e não a família, assuma a educação das crianças, estabelecendo um tipo de comunismo em que são eliminadas a propriedade e a família, a fim de evitar a cobiça e os interesses decorrentes dos laços afetivos, além da degenerescência das relações humanas inadequadas.

4 Aristóteles: a cidade justa

Glossário

Utopia. *De* ou-topos, *"nenhum lugar": descrição de uma sociedade ideal.*

Aristóteles, discípulo de Platão, critica a **utopia** do mestre e elabora uma filosofia original. Para ele, a justiça, virtude do cidadão por excelência, não se desvincula da amizade. A palavra grega *philia*, embora se traduza por "amizade", assume sentido mais amplo quando se refere à cidade: significa a concordância entre pessoas com ideias semelhantes e interesses comuns. Daí a importância da educação na formação ética dos indivíduos, a fim de prepará-los para a vida em comunidade.

A amizade não se separa da justiça. Essas duas virtudes se relacionam e se complementam, fundamentando a unidade que deve existir na cidade. Se a cidade é a associação de iguais, a justiça é o que garante o princípio da igualdade. Justo é o que se apodera da parte que lhe cabe, é o que distribui o que é devido a cada um.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4.1 As formas de governo

Aristóteles foi um estudioso das formas de governo, tendo recolhido informações sobre 158 constituições existentes. Além de descrevê-las, estabeleceu uma tipologia ao estabelecer a clássica divisão — monarquia, aristocracia e politeia —, conforme se referem ao governo de um só, de um pequeno grupo ou de muitos, respectivamente.

No entanto, as formas de governo não devem estar corrompidas, o que acontece quando prevalece o interesse particular (ou de classe) dos governantes, e não o bem comum. Nesse caso, a monarquia degenera em tirania; a aristocracia, em oligarquia; e a politeia, em democracia.

Formas de governo

		Critérios de valor	
		Boas	Corrompidas
Critérios de número	um	monarquia	tirania
	poucos	aristocracia	oligarquia
	muitos	politeia	democracia

Embora considere a monarquia, a aristocracia ou a politeia formas corretas e adequadas ao exercício do poder, para Aristóteles a politeia é a mais estável e equilibrada. Talvez isso se deva à constatação de que a tensão política sempre deriva da luta entre ricos e pobres e, portanto, se um regime conseguisse conciliar esses antagonismos, seria mais fácil assegurar a paz social.

O importante para ele é promover a justiça e proporcionar aos cidadãos a "vida boa" em uma cidade feliz. Para tanto, valoriza a educação da juventude e o fortalecimento das virtudes que formam o cidadão e o bom governante.

5 A política normativa dos gregos

A teoria política grega está voltada para a busca dos parâmetros do bom governo. Para Platão e Aristóteles, o bom governo depende da virtude de um governante ideal, capaz de exercer de maneira justa e correta suas funções públicas, o que caracteriza essa concepção como um tipo de política normativa e prescritiva.

Segundo essa concepção, é estreita a ligação entre ética e política, porque o regime justo depende do governante justo: o êxito na política decorre da virtude pessoal de quem governa.

- **Política normativa.** A política grega é normativa por estabelecer normas de ação para o governante virtuoso, além de prescritiva, por indicar caminhos para distinguir o bom governo da política corrompida.

Você sabia?

A concepção normativa de política, vinculada à ideia do governante justo e bom, será reformulada por Maquiavel, no século XVI. Veremos isso mais adiante.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6 Idade Média: política e religião

A política normativa prevaleceu tanto na Antiguidade grega como na romana — da qual Cícero é um notável exemplo — e continuou aceita na Europa na Idade Média, quando ainda permanecia o costume de definir e exaltar as virtudes do rei justo e bom. Havia uma diferença, no entanto. Na Idade Média, a Igreja católica interferia na vida política e na social com o argumento de que todo poder vem de Deus.

Segundo o historiador Jean-Jacques Chevalier (*História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 188), no século VI, o papa Gregório Magno escrevia em carta a um imperador, advertindo-o de que, se o poder lhe foi conferido, de cima, sobre todos os homens, ele deve "ajudar àqueles que querem fazer o bem (...) a abrirem mais amplamente o caminho que leva ao céu, para que o reino terrestre esteja ao serviço do reino dos céus".

Essa orientação vinha desde o século anterior, quando Agostinho, em sua obra *A cidade de Deus*, descreve a "cidade" celeste em oposição à "cidade" terrestre, sendo que aquela, superior, deve permear a vida da comunidade cristã, que vive da fé e se inspira no amor a Deus.

Posteriormente, essa teoria desembocou na doutrina chamada agostinismo político, que influenciou todo o pensamento medieval e definiu o confronto entre o poder do Estado e o da Igreja, pela superioridade do poder espiritual sobre o **temporal**. A tensão entre os dois poderes assumiu diferentes expressões no decorrer da Idade Média, e provocou diversos atritos entre os dois poderes, com a formação de facções opostas entre aqueles que defendiam a supremacia papal e os partidários da autonomia dos reis.

Glossário

Temporal. *No contexto, o que se refere à vida material, secular, profana, não religiosa.*

6.1 Os teóricos do final da Idade Média

Desde o século XI, a Idade Média já sofria mudanças com o renascimento urbano, quando os servos libertos instalaram-se nos arredores das cidades (os burgos), estabelecendo relações entre iguais, diferentes da hierarquia entre senhores e servos.

A consequência dessas transformações foi o renascimento comercial e o início do processo de laicização da sociedade e da oposição explícita ao poder religioso. As heresias, uma expressão dessa crítica, obtiveram dura resposta do poder da Igreja pela instauração dos tribunais do Santo Ofício (ou Inquisição).

Os teóricos italianos Dante Alighieri e Marsílio de Pádua, mesmo tendo vivido no século XIII, podem ser considerados pré-renascentistas pelas ideias inovadoras. Embora não tenham provocado alterações políticas imediatas, iniciava-se uma lenta e profunda transformação no sentido de valorizar o poder do Estado em detrimento do poder papal.

Dante, poeta mais conhecido como autor da *Divina comédia*, também escreveu *A monarquia*, obra em que introduz teses naturalistas e propõe a eliminação do papel mediador do papa. Segundo ele, Deus, criador da natureza, nos dotou de livre raciocínio e vontade que nos permitem a perfeita condução do Estado, posição que indica ruptura com o pensamento medieval.

Na mesma época, Marsílio de Pádua recusa a tutela religiosa e defende o ideal republicano, do poder fundado na vontade do povo, afirmando de maneira radical:

> "Sob uma máscara de honestidade e de decência, o papado é tão perigoso para o gênero humano que causará, se o não detiverem, um prejuízo intolerável à civilização e à pátria".
>
> MARSÍLIO DE PÁDUA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para Marsílio, a vontade do povo é o melhor meio para se conhecer o que deve e o que não deve ser feito. Para ele, o único meio de regular as relações sociais depende da elaboração das leis, instrumento de cidadania.

Glossário

Florentino. *Nascido em Florença, Itália.*

Estados Pontifícios. *São os Estados que pertenciam à Igreja Católica, sob o governo do papa. Hoje estão reduzidos à Cidade do Vaticano, em Roma, e constituem Estado soberano.*

7 Maquiavel: a autonomia da política

No Renascimento e na Idade Moderna ocorreram transformações fundamentais, iniciadas desde o final da Idade Média. O fortalecimento das monarquias nacionais são aspectos interligados de outra realidade política e social que então se configurava e exigia novos instrumentos teóricos de interpretação.

No século XVI, Maquiavel representa um marco na elaboração da moderna concepção de política. Enquanto a política antiga e medieval descrevia o ideal do bom governo, o pensador **florentino** prefere examinar como os governantes agem de fato. Para ele, a política não se refere às utopias nem às abstrações, tais como as normas ideais que devem orientar de antemão a conduta do "bom governante".

Com isso, Maquiavel se distancia da política normativa dos gregos e medievais, porque não busca as normas que definem o bom regime nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante.

Ao avaliarmos hoje o pensamento de Maquiavel, levamos em conta a época em que ele viveu, sob a expectativa da unificação da Itália, assolada por lutas internas e invasões de estrangeiros. A Itália se achava dividida em principados e repúblicas, cada um com sua própria milícia, geralmente formada por mercenários. Nem mesmo os **Estados Pontifícios** deixavam de formar os seus exércitos.

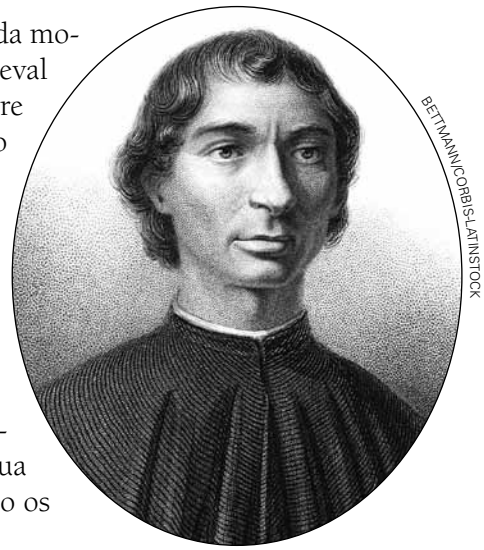

BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 3 • Retrato do filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527). Ao superar o mito do "maquiavelismo", que demonizou o filósofo florentino, descobrimos o Maquiavel republicano.

7.1 Controvérsias sobre *O príncipe*

Escrito em 1513, *O príncipe* provocou inúmeras interpretações e controvérsias. À primeira vista, essa obra parece defender o absolutismo e o mais completo descaso pela moral, ao afirmar, por exemplo:

> "É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. (Cap. XV)".
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 69.

A leitura apressada e tendenciosa de sua obra levou à criação do mito do maquiavelismo, que tem atravessado os séculos. No entanto, essa interpretação é deformadora do pensamento maquiaveliano.

Como expressão desse "maquiavelismo", costuma-se vulgarmente atribuir a ela a famosa máxima "os fins justificam os meios". No entanto, essa interpretação é excessivamente simplista e deformadora do pensamento maquiaveliano e, para superá-la, é preciso analisar com mais atenção o impacto das inovações do seu pensamento nas concepções políticas do seu tempo, ainda muito impregnadas da visão religiosa medieval.

Não se trata de justificar a violência a qualquer preço, mas de reconhecer que ela é necessária em determinadas circunstâncias, inclusive para preservar o bem comum: "Não é a violência que restaura, mas a violência que arruína que é preciso condenar".

Reflita

Na linguagem comum, o termo *maquiavélico* é atribuído ao indivíduo sem escrúpulos, traiçoeiro, astucioso que, para atingir seus fins, usa de mentira e má-fé.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Glossário

Década. *No título significa conjunto de dez livros (ou partes), relativo a períodos escolhidos por Maquiavel para comentar a obra de Tito Lívio, historiador romano (século I a.C.).*

Amoralismo. *Ausência de princípios morais.*

Sob essa ótica, as reflexões de *O príncipe* giram em torno dos desafios enfrentados por um novo governante para conquistar o poder ou para não perdê-lo, tendo em vista o problema da Itália dividida. Já em outra obra, *Comentários sobre a primeira* ***década*** *de Tito Lívio*, Maquiavel apresenta as nascentes ideias republicanas, como veremos adiante.

7.2 As qualidades do príncipe

Para descrever a ação do príncipe, Maquiavel usa as expressões italianas *virtù* e *fortuna*. *Virtù* significa virtude, no sentido de força, valor, qualidade de lutador e guerreiro. Príncipes de *virtù* são governantes especiais, capazes de realizar grandes obras e provocar mudanças na história. Não se trata, porém, do príncipe virtuoso, bom e justo, segundo os preceitos da política clássica desde os gregos e da moral cristã medieval. Mas sim daquele que tem a capacidade de perceber o jogo de forças da política, para então agir com energia, a fim de conquistar e manter o poder.



BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 4 • *Fortuna*, (séc. XVIII), obra do alemão Behaim. A Fortuna, deusa romana, simboliza o destino, arbitrário e caprichoso.

Já a noção de *fortuna* significa acaso, sorte. Para agir bem, o príncipe não deve deixar escapar a fortuna, isto é, a ocasião oportuna. O príncipe ousado é o que aproveita as circunstâncias, como observador atento do curso da história. No entanto, a *fortuna*, sem a *virtù*, não passa de oportunismo.

Portanto, o novo príncipe é aquele capaz de compreender o jogo político efetivo nas suas circunstâncias concretas — e não por meio de modelos prescritos de antemão, como sugeriam os antigos — e de identificar as forças do conflito, a fim de agir com eficácia.

7.3 Ética e política

A novidade do pensamento maquiaveliano, justamente a que causou maior escândalo e rejeição, está na reavaliação das relações entre ética e política. Por um lado, Maquiavel defende a moral laica, secular, de base naturalista, diferente da moral cristã. Por outro, estabelece a autonomia da política, negando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política.

Não se trata de **amoralismo**, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade. Se o que define a moral é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo, mesmo com o recurso ao mal — o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem. Maquiavel, no entanto, distingue entre o príncipe de *virtù*, que é forçado pela necessidade a usar da violência visando o bem coletivo, e o tirano, que age por capricho ou interesse próprio.

A nova ética analisa as ações não mais em função de uma hierarquia de valores dada *a priori*, mas sim em vista das consequências efetivas da ação política. Dizendo de outro modo, recusa-se a usar na vida política o mesmo código moral que rege a vida privada, uma vez que os interesses da coletividade diferem daqueles da vida pessoal. Por isso o critério para se julgar se uma ação política é boa ou má é a fecundidade do seu resultado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7.4 Maquiavel republicano

Além de intelectual, Maquiavel foi um político que participou na vida pública em Florença, ocupando cargo importante durante um governo **republicano**. Quando caiu em desgraça, dedicou-se a escrever as já citadas obras.

Embora *O príncipe* seja a obra mais conhecida, a intitulada *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* supõe outro momento de estabilidade política, após o poder conquistado, daí o caráter republicano desse texto. Assim diz Maquiavel:

> "[...] a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à ditadura de Psístrato. (...) Compreende-se a razão disso: *não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo* (grifo nosso)".
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (livro II, cap. II). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 197.

Glossário

República. *Do latim* res *(coisa) pública; no contexto, governo voltado para o bem comum e expressão da vontade popular.*

Outra novidade é a elaboração da moderna concepção de ordem, não a ordem hierárquica, que cria a harmonia forçada, mas a que resulta do conflito.

Reflita

O conflito é um fenômeno inerente à atividade política democrática, que se faz justamente a partir da conciliação de interesses divergentes.

8 Conclusão

Os gregos antigos foram os primeiros a teorizar a respeito da política e se preocuparam em definir os parâmetros do bom governo e o que o distingue dos maus governos. Elaboraram teorias políticas de natureza normativa e prescritiva em que a ligação entre ética e política é evidente, na medida em que as questões do bom governo, do regime justo, da cidade boa, dependem da virtude do bom governante.

Essas características continuaram durante a Idade Média, mas com o predomínio da visão religiosa e do confronto entre o poder dos reis e dos papas. No declínio da Idade Média, pensadores prenunciaram as novas formas de poder civil que começaram a se sobrepor ao poder eclesiástico: o particularismo nacional predominando sobre o universalismo da Igreja. Esse conjunto de fatos e teorias concorreu para a valorização dos poderes seculares, fortalecendo a soberania do Estado, noção central na formação das monarquias nacionais, levada a efeito pela aliança entre a burguesia e os reis.

Durante o Renascimento, Maquiavel rompeu com a ideia clássica do bom governo e assumiu uma postura realista ao compreender o sistema de forças que atuam de fato no seio da sociedade e do poder. Em oposição à visão religiosa medieval, procurou definir a ordem racional e laica da política.



Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exercícios dos conceitos

1 Tendo em vista o significado de retórica, atenda às questões:

a) Qual era a importância da retórica na Atenas democrática?

b) Em que medida "falar bem" ainda hoje pode ser uma habilidade necessária a um deputado e quando se trata de um instrumento "perigoso"?

a) A retórica, como arte da persuasão, é importante na democracia, seja na antiga, seja na contemporânea. Ela é um instrumento mais civilizado do que o uso da violência.

b) O parlamentar é aquele "que fala". A persuasão pode ser instrumento perigoso quando a serviço da demagogia, que visa a enganar o povo.

2 Identifique a posição política de Platão, a partir desta citação:

"Os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, não se ponham a filosofar verdadeiramente".

PLATÃO. *Cartas*. Lisboa: Estampa, 1971 (Carta VII). p. 50.

Platão defende a sofocracia, ou seja, só os filósofos teriam condições de bem governar. O aluno pode fazer uma interpretação política da alegoria da caverna.

3 Leia essa afirmação:

"Uma república só pode ser virtuosa quando os próprios cidadãos que tomam parte no governo são virtuosos".

ARISTÓTELES

Explique o significado dessa afirmação, relacionando ética e política na concepção grega.

O aluno deve explicar a natureza normativa e prescritiva da política grega. É normativa por estabelecer normas corretas de ação; prescritiva por indicar caminhos que distingam o bom governo da política corrompida. Um bom governo depende da virtude de um governante ideal, capaz de exercer de maneira justa e correta suas funções públicas. Portanto, para os antigos gregos, há uma estreita ligação entre ética e política.

4 Compare as concepções de política de Platão e Aristóteles.

Semelhança: a concepção normativa. Diferenças: Platão defende uma sofocracia (o poder dos mais sábios, dos filósofos); Aristóteles prefere a politeia, o governo constitucional da maioria dos cidadãos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Compare as principais características da política grega e da medieval.

Semelhança: tanto a política grega como a medieval são normativas, exaltando as virtudes do rei justo e bom. Diferença: por influência da Igreja católica, a política se encontrava atrelada à religião e ao poder do papa, daí a tensão entre o poder temporal e o poder espiritual. No final da Idade Média, a oposição se expressa na tendência à laicização e à crítica ao poder religioso.

6 Por que os atuais intérpretes de Maquiavel se recusam a lhe atribuir o adjetivo "maquiavélico"? Ao responder, refira-se às diferenças entre as duas obras citadas, *O príncipe* e *Comentários*.

Uma leitura tendenciosa de Maquiavel viu nele o teórico do cinismo e da justificação da violência na política. Na verdade ele critica a orientação normativa e prescritiva da tradição e propõe uma teoria realista, que admite o uso da violência em determinadas circunstâncias (expostas em *O príncipe*), mas defende a política republicana (em *Comentários*).

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Professor: Consulte o Banco de Questões e incentive os alunos a usar o Simulador de Testes.

Retomada dos conceitos

1 No tempo de Péricles, a democracia ateniense supunha igualdade perante a lei e igualdade do direito à palavra na assembleia. Responda às questões:

a) A igualdade perante a lei é desejável na política atual? Em caso afirmativo, você considera que as democracias atuais cumprem essa finalidade? Justifique sua resposta.

Em tese, a justiça serve a todos, mas sabemos que nem sempre os segmentos mais pobres têm acesso a ela. Exemplo: os mais ricos podem contratar melhores advogados.

b) Considerando que nas democracias contemporâneas as assembleias legislativas são constituídas por representantes eleitos, que mecanismos poderiam ser usados para ampliar o direito à palavra do cidadão?

A democracia representativa necessita de canais legais, tais como o referendo e o plebiscito (consulta à Constituição), além das instituições de expressão do pensamento, como a mídia, e de ação, como os movimentos de rua e manifestações públicas.



Glossário

Dois sóis. *Dante se refere aos dois poderes, o temporal e o espiritual.*

2 Releia o trecho da carta do papa Gregório Magno a um imperador:

"O poder sobre todos os homens foi dado do Alto aos meus senhores para ajudar aqueles que querem fazer o bem, para abrir mais o caminho que conduz ao Céu, para que o reino terreno fique a serviço do reino dos Céus".

Leia este trecho da *Divina comédia*:

"Bem haja Roma, que ao bom mundo, então,

ergueu **dois sóis**, por revelar a estrada

ali da terra, e aqui da salvação

Mas um o outro eclipsou, e uniu-se a espada

à pastoral; e, juntos, claramente,

não podem bem cumprir sua jornada".

ALIGHIERI, Dante. *Divina comédia*.

Caracterize as diferentes concepções de política que elas expressam.

Dante representa o movimento do final da Idade Média que visa a desvincular a autoridade temporal do poder espiritual do papa. Essa posição contraria a tradição medieval expressa no primeiro texto (de subordinação do poder temporal ao espiritual), que se origina em Agostinho e entra em crise por ocasião do renascimento urbano. Por isso Dante, representante dos novos tempos, critica a intervenção da Igreja nos assuntos políticos.

3 "Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas, do que pelo que delas possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros."

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Cap. XV. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A partir da citação de Maquiavel, atenda às questões:

a) Em que o teor da citação se distingue da concepção de política normativa dos gregos?

Maquiavel critica a política normativa e utópica dos gregos e medievais que prescrevem de antemão qual deve ser a conduta do governante justo e bom. Maquiavel parte de como realmente ocorrem as relações de poder e, portanto, cabe ao governante decidir como agir conforme a situação. O aluno deve se referir aos conceitos de *virtù* e *fortuna*.

b) Qual é a consequência dessa nova postura no que diz respeito à relação entre política e moral?

A ética política, que visa ao interesse coletivo e aos resultados, é diferente da ética pessoal. A ética política está centrada nos critérios da avaliação do que é útil ao bem coletivo.

4 Embora não se possa dizer que atualmente existam **teocracias** em sentido estrito, em alguns países os preceitos religiosos determinam o comportamento dos indivíduos quanto ao modo de se vestir, falar e até pensar. Faça uma pesquisa sobre países que ainda não separaram Estado e religião, ou seja, que mantêm Estados teocráticos.

O Tibete foi uma teocracia até 1951, quando o seu território foi ocupado pela China comunista. O Irã, após a deposição do xá Reza Pahlevi, em 1979, foi governado por dez anos pelo aiatolá Khomeini, líder religioso radical. O Afeganistão, que vivera período de modernização a partir da década de 1920, sofreu forte influência fundamentalista islâmica que culminou com a tomada do poder pelos radicais da milícia Taleban, em 1996, grupo deposto em 2002.

Glossário

Teocracia. *Do grego* theos, *"deus" e* kratía, *"poder"; sistema político fundado no poder religioso.*



Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 3

Concepções de política: da Idade Moderna aos dias atuais



PETER ANDREWS/REUTERS-LATINSTOCK

Figura 1 • Manifestação contra a globalização nas ruas de Gênova (Itália), em 19 de julho de 2001.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Introdução

Neste capítulo veremos, a partir da Idade Moderna, que as discussões a respeito de soberania e direito natural culminaram com as teorias contratualistas. Na sequência, as teorias liberais tomaram diversas feições até serem confrontadas pelas teorias socialistas no século XIX. Finalmente, no século seguinte, as divergências entre essas duas correntes se concretizaram na divisão efetiva de políticas implantadas que privilegiavam ora as ideias liberais, ora as socialistas. Quais seriam as aspirações políticas do século XXI?

2 Soberania e Estado moderno

O conceito moderno de Estado surgiu no Renascimento. Nessa mesma época se desenvolveu a ideia de soberania.

- **Soberania.** O Estado significa a posse de um território em que o comando sobre seus habitantes se faz conforme uma centralização cada vez maior do poder.

"*Soberania*, em sentido lato, indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política. (...) Este conceito está, pois, intimamente ligado ao de poder político: de fato, a soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito."

BOBBIO, Norberto Bobbio et al. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 1.179 (verbete Soberania redigido por Nicola Matteucci).

Esses conceitos e definições, que hoje podem nos parecer corriqueiros, foram fundamentais para estabelecer o poder centralizado no Estado. Isso porque, na Idade Média, o poder se espalhava em várias instâncias: a soberania do rei muitas vezes era um título de nobreza, usufruído também por barões e duques em seus respectivos territórios. Além do que, como vimos, a Igreja disputava e exercia poder.

A novidade que então se configurava era de conferir ao Estado o monopólio legítimo da força, centralizando nele a competência de estabelecer as leis, julgar, punir, cunhar moedas, recolher tributos, ter um exército e assim por diante.

Inicialmente o poder dos reis se sustentou pelas diversas teorias absolutistas, que se baseavam no "direito divino dos reis". Desse modo se consolidaram as monarquias nacionais, a nova organização de poder que deu origem ao "Estado moderno europeu".

No século XVII, porém, cada vez mais a legitimação do poder buscava se fundar em critérios racionais, como veremos a seguir.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 As teorias contratualistas

Nos séculos XVII e XVIII, tomaram força as teorias contratualistas, cujo principal questionamento é o fundamento racional do poder soberano. Ou seja, o que se procura é discutir a legitimidade do poder. E o poder é legítimo quando melhor garante os direitos naturais dos indivíduos.

- **O poder legítimo.** As teorias contratualistas enfatizam o caráter racional e laico (não religioso) da origem do poder: é o próprio indivíduo que dá o consentimento para a instauração do poder pelo pacto que o legitima.

Para investigar a origem do Estado, os filósofos contratualistas partiam da hipótese do estado de natureza, em que o indivíduo viveria como dono exclusivo de si e dos seus poderes. Esses pensadores queriam compreender o que justificaria abandonar um fictício estado de natureza para constituir o Estado, mediante contrato, bem como discutir que tipo de soberania deveria resultar desse pacto.

Reflita

Buscar a origem do Estado não significa descrever a sua origem no tempo, mas sim realçar o "princípio", a sua "razão de ser".

Os principais filósofos contratualistas foram Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

3.1 Hobbes e o poder absoluto do Estado

No século XVII, época em que Thomas Hobbes viveu, o absolutismo real atingira o seu apogeu, mas se encontrava em vias de ser ultrapassado, ao enfrentar inúmeros movimentos de oposição baseados em ideias liberais e laicas.

Para justificar a necessidade do Estado, Hobbes diz que os indivíduos deixados a si próprios no estado natural viveriam na anarquia, que gera insegurança, angústia e medo. Os interesses egoístas predominam e cada um se torna "um lobo para outro". As disputas provocam guerra de todos contra todos, com graves prejuízos para a indústria, a agricultura, a navegação, o desenvolvimento da ciência e o conforto de todos.



BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 2 • Frontispício de *Leviatã* (1651), obra de Thomas Hobbes. Leviatã, um monstro bíblico cruel e invencível, empunha os símbolos do poder civil e do religioso e simboliza, para Hobbes, o poder do Estado absoluto.

Para Hobbes, o ser humano não é sociável por natureza, mas deve sê-lo por artifício. Daí a necessidade do contrato, do pacto, pelo qual todos abdicam de sua vontade em favor de "um homem ou de uma assembleia de homens, como representantes de suas pessoas". O indivíduo renuncia à liberdade ao dar plenos poderes ao Estado a fim de proteger a sua própria vida.

Conclui, então, que a única maneira de garantir a paz depende da delegação de um poder absoluto ao soberano. "Absoluto" significa para ele um poder ilimitado, que não pode ser contestado: uma vez aceito por contrato, o governante é "absolvido" de qualquer constrangimento e ninguém poderá dele discordar.

3.2 Locke e o liberalismo

John Locke, filósofo inglês, descendia de burgueses comerciantes e na obra *Dois tratados sobre o governo civil* tornou-se o teórico da revolução liberal inglesa. Suas ideias políticas fecundaram todo o século XVIII, dando o fundamento filosófico das revoluções liberais ocorridas na Europa e nas Américas.

Diferentemente de Hobbes, para John Locke o hipotético estado de natureza não pressupõe guerra e egoísmo. Porém, quando os indivíduos são juízes em causa própria, os riscos das paixões e da parcialidade são muito grandes e podem desestabilizar as relações. Por isso, visando à segurança e à tranquilidade necessárias ao gozo da propriedade, todos consentem em instituir o corpo político, o Estado.

Ao contrário de Hobbes, para quem o pacto era de submissão, Locke está convencido de que os direitos naturais humanos não desaparecem em consequência desse consentimento, mas subsistem para limitar o poder do Estado, quando necessário. Justifica, então, o direito à insurreição, quando a relação de confiança com o representante for quebrada.

Segundo Locke, a legitimidade do poder se funda na sua origem parlamentar. Isso significa que um cargo político não resulta de privilégio aristocrático, mas sim do mandato popular alcançado pelo voto: a representação política torna-se legítima, porque nasce da vontade popular.

Como representante dos ideais burgueses, Locke enfatiza o direito à preservação da propriedade, que para ele é "tudo que pertence" a cada indivíduo, ou seja, sua

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

vida, sua liberdade e seus bens. No entanto, embora reconheça que todos são membros da sociedade, possuindo bens ou não, apenas os que têm fortuna podem ter plena cidadania, pois só estes estarão interessados em preservar as riquezas acumuladas e serão capacitados para isso.

Ressalta-se desse modo o elitismo que persiste na raiz do liberalismo, já que a igualdade defendida é de natureza abstrata, geral e puramente formal.

3.3 Rousseau e a democracia direta

As principais ideias políticas de Jean-Jacques Rousseau, suíço que residia na França, estão nas obras *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade* e *Do contrato social*.

Assim como seus antecessores Hobbes e Locke, Rousseau procura resolver a questão da legitimidade do poder fundado no contrato social. No entanto, sua posição é inovadora, por distinguir os conceitos de soberano e governo, atribuindo ao povo a soberania.

Rousseau imagina que no estado de natureza todos viveriam bem e felizes até o momento em que surgiu a propriedade privada, gerando escravidão e miséria. Demonstra nostalgia do estado feliz em que vivia o "bom selvagem", antes de ser introduzida a diferenciação entre rico e pobre, poderoso e fraco e afirma em *Do contrato social*: "O homem nasce livre e por toda parte encontra-se a ferros".

Contratualista como seus antecessores, diverge deles quando afirma que a soberania do povo, manifesta pelo legislativo, é **inalienável**, portanto não pode ser representada. Rousseau desenvolve então a concepção radical de democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos.

Desse modo, os deputados e os governantes eleitos não são representantes do povo, mas apenas seus oficiais, subordinados à soberania popular, a única que decide por meio de assembleias. O próprio Rousseau reconhecia as dificuldades de se implantar a democracia direta, sobretudo em nações de território extenso e grande densidade populacional.

O conceito de vontade geral é fundamental para compreender a democracia rousseauísta. Todo indivíduo é ao mesmo tempo uma pessoa privada e uma pessoa pública (cidadão): como pessoa privada trata de seus interesses particulares; como pessoa pública é parte de um corpo coletivo com objetivos comuns. Aprender a ser cidadão consiste justamente em agir conforme a vontade geral, que visa ao bem de todos, como componente do corpo coletivo, mesmo que, em certas circunstâncias, a lei contrarie interesses particulares.

Reflita

As democracias contemporâneas são representativas, mas nas constituições nacionais, inclusive na brasileira, existem mecanismos de democracia direta, tais como **plebiscito** e **referendo**.

As teorias contratualistas, no seu conjunto, baseiam-se em uma concepção individualista da sociedade, típica do pensamento liberal. A sociedade é compreendida como o somatório dos indivíduos e o Estado tem a função de garantir a coexistência harmônica dos interesses particulares. Essa concepção foi criticada pelos socialistas, no século XIX.

Glossário

Alienar. *Transferir algo para outra pessoa; no contexto, o poder do povo é intransferível.*

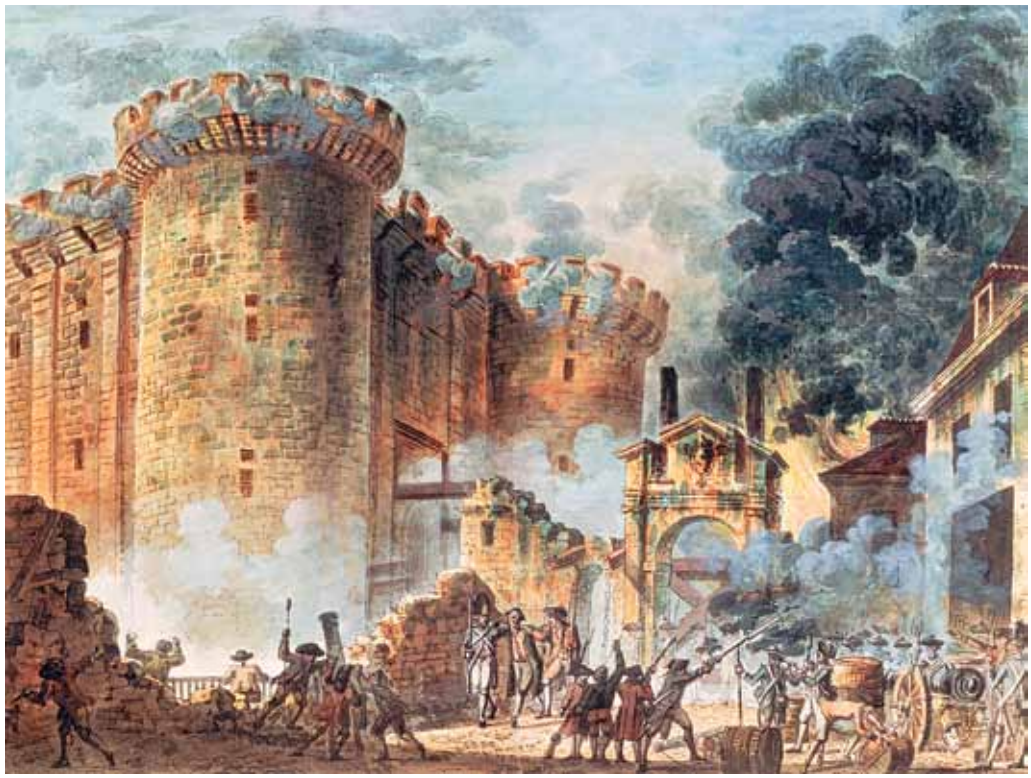
Plebiscito. *Consulta feita diretamente ao povo por meio de votação do tipo* sim ou não.

Referendo. *Após uma medida aprovada por um órgão legislativo, propõe-se ao eleitorado a sua aprovação ou rejeição.*

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 O liberalismo

O conceito de liberalismo como teoria política e econômica surgiu a partir do século XVII e influenciou as revoluções burguesas (a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, em 1688, e a Revolução Francesa, em 1789).



GIANNI DAGLI ORTI/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 3 • O povo participou dos movimentos que antecederam a Revolução Francesa, mas continuou excluído do poder conquistado pela burguesia. *A queda da Bastilha*, obra de Jean-Pierre Houel.

Entre os representantes do liberalismo político, no período dos séculos XVII a XIX, destacam-se Locke, Montesquieu, Kant, Humboldt, Benjamin Constant, Stuart Mill e Tocqueville. Os principais teóricos do liberalismo econômico, no século XVIII, são o escocês Adam Smith e o inglês David Ricardo.

4.1 Características do liberalismo

Desde o início, o liberalismo defendeu o Estado laico e a economia de mercado.

Chama-se Estado laico aquele que não se identifica com confissão religiosa alguma nem permite intromissão da Igreja nos assuntos políticos. Em contrapartida, o Estado não deve interferir nas crenças pessoais (como ocorrera durante as sangrentas guerras religiosas do século XVI), mas guiar-se pelo ideal de tolerância.

Por sua vez, a economia de mercado exige o Estado não intervencionista, por recusar o controle que as monarquias absolutistas exerciam sobre a economia, cuja expressão era o monopólio estatal típico do mercantilismo. O liberalismo propõe então o Estado mínimo, que reduz as intervenções públicas nos negócios.

As teorias liberais propõem também: o equilíbrio natural decorrente da lei da oferta e da procura; o princípio do lucro e da livre-iniciativa; a propriedade privada dos bens de produção; a valorização do espírito empreendedor e competitivo.

O liberalismo estabelece a nítida separação entre o público e o privado. Ao mesmo tempo, os liberais criaram instituições para que os cidadãos tivessem voz ativa nas decisões políticas. Daí o fortalecimento do Parlamento, órgão de representação por excelência das forças atuantes da sociedade e capaz de inibir os excessos do poder central.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para manter a ordem, é fundamental o equilíbrio dos três Poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário —, tese desenvolvida pela primeira vez por Montesquieu.

Outra característica do liberalismo é o apreço pelo princípio da legalidade. Por isso as diversas Declarações de Direitos proclamam:

- a igualdade perante a lei;
- a garantia das liberdades individuais de pensamento, crença, expressão, reunião e ação, desde que não prejudiquem os direitos de outros cidadãos;
- a instituição do ***habeas corpus***, que impede as prisões arbitrárias;
- o abrandamento das penas cruéis, tais como a tortura física e mental, entre outros sofrimentos desumanos.

No século XIX, o liberalismo sofreu algumas transformações, tais como sufrágio universal, liberdade de imprensa, escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória, muitas vezes em decorrência dos movimentos populares que reivindicavam igualdade. No final daquele século, também as mulheres iniciaram movimentos de reivindicação de voto.

Reflita

Uma das características dos governos autoritários é o fechamento do Congresso ou o seu enfraquecimento pela manipulação por parte do poder Executivo.

Glossário

Habeas corpus. *Do latim, "ter o corpo livre"; do ponto de vista jurídico, é a garantia de liberdade que evita prisão ilegal.*

5 As teorias socialistas

No século XIX, as teorias socialistas surgiram como alternativas ao modelo capitalista burguês. Embora houvesse diferenças entre elas, todas reivindicavam a limitação da propriedade privada e a igualdade social.

Os teóricos do socialismo elaboraram ideias diferentes e propuseram soluções diversas. Em comum, acusaram o liberalismo de ser incapaz de instaurar uma ordem justa.

Os franceses Saint-Simon, Fourier e Proudhon e o britânico Owen foram chamados de socialistas utópicos por Marx e Engels, que, por sua vez, atribuíam à própria teoria a denominação de socialismo científico.

Além do socialismo utópico e do marxismo, também o anarquismo, no século XIX, apresentou-se interessado em superar o modo de produção capitalista. Seus



THE BRIDGEMAN ART LIBRARY INTERNATIONAL/GETTY IMAGES

Figura 4 • Como a opulência e o progresso crescente alcançados pela economia liberal não se distribuíam de modo equitativo, a extrema pobreza chamava a atenção dos socialistas, críticos do sistema. *London street scene* (cena de rua em Londres), (c. 1868-72), obra de Gustave Doré.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reflita

Na linguagem comum, erroneamente identifica-se anarquismo a caos, desordem, mas o princípio do anarquismo está na recusa de qualquer autoridade, sobretudo a do Estado.

principais representantes foram os russos Bakunin (1814-1876) e Kropotkin (1842--1921). As organizações anarquistas propõem ações não coercitivas, fundadas na cooperação voluntária e na autodisciplina.

Proudhon e Bakunin eram contemporâneos de Marx e com ele partilhavam os ideais igualitários. Entretanto, sempre desconfiados de que o poder centralizado tendia a se perpetuar, criticaram severamente o caráter autoritário da doutrina marxista.

5.1 A teoria marxista

"Um fantasma ronda a Europa, o fantasma do comunismo." Assim os alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) começam o *Manifesto comunista*, obra que constituiu um divisor de águas, ao indicar que o proletariado procurava a expressão de sua própria ideologia, oposta à da nobreza e à da burguesia.

A teoria marxista caracteriza-se pelo materialismo histórico e dialético.

Materialismo histórico

Pelo senso comum, uma pessoa materialista é a que busca o gozo sensível e os bens materiais. Mas do ponto de vista da teoria do conhecimento, ser materialista é considerar que o dado material é determinante, porque anterior ao espiritual. Desse modo, as manifestações espirituais humanas — tais como o direito, a moral, a literatura, a filosofia, a ciência, a religião e assim por diante — derivam da estrutura material da sociedade, isto é, das relações sociais de produção que prevalecem em um determinado momento histórico.

Reflita

No modo de produção capitalista do século XVIII, as forças produtivas correspondem ao conjunto formado pelo clima, solo, matérias-primas, máquinas e mão de obra do sistema fabril, que determinavam as relações de produção caracterizadas pelo dono do capital e pelo operário assalariado.

Dizendo de outra maneira, segundo Marx, o modo pelo qual são produzidos os bens necessários à vida nos permite compreender as expressões do pensamento naquele período. Por exemplo, a coragem, uma virtude enaltecida na moral medieval, reflete os valores da sociedade centrada nos interesses da nobreza guerreira, cuja economia se baseava na propriedade de terras. Na Idade Moderna, com o desenvolvimento da economia burguesa, ganham destaque outros valores, como a dedicação ao trabalho.

Materialismo dialético

O materialismo marxista é dialético porque o movimento histórico se faz por contradições sociais, que resultam dos conflitos entre as classes cujos interesses são divergentes. Enquanto na sociedade medieval o conflito era entre senhor e servo, na produção capitalista as classes antagônicas são a burguesia e o proletariado. O capitalista é proprietário dos bens de produção, enquanto o operário só possui sua força de trabalho, vendida em troca de salário em dinheiro. Portanto, para Marx, o movimento dialético pelo qual a história se faz tem um motor: a luta de classes.

A práxis revolucionária

Além de teoria, o marxismo é também uma prática política revolucionária que visa a destruir o capitalismo e instaurar a nova ordem socialista. A esse propósito, diz Marx: "Os filósofos sempre se preocuparam em interpretar a realidade, é preciso agora transformá-la". Por isso a doutrina marxista é chamada de filosofia da práxis, entendida como a união dialética da teoria e da prática.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A teoria marxista destaca o processo de formação da consciência de classe, pela qual o trabalhador descobre que seus interesses divergem daqueles da classe dominante. Desse modo, valorizam-se as experiências efetivas de reivindicação dos trabalhadores, por meio de organizações representativas, como sindicatos e partidos políticos.

Socialismo e comunismo

Para o marxismo, cabe à classe operária revolucionária implantar inicialmente o socialismo, uma sociedade pós-mercantil (que rejeita o capital e o mercado), construída a partir da supressão da propriedade privada dos bens de produção (que se tornam coletivos). Enquanto a burguesia não fosse liquidada no mundo inteiro, a classe operária se fortaleceria por meio da ditadura do proletariado, um Estado forte e centralizador, capaz de planificar a economia.

O fim último do socialismo é o comunismo, estágio em que a sociedade sem classes não precisa mais do Estado e este, portanto, pode desaparecer.

6 Socialismo e liberalismo em questão

A derrocada do **socialismo real** no Leste Europeu e sua guinada para o capitalismo, bem como a lenta abertura chinesa para um "socialismo de mercado", são motivos alegados pelos liberais para proclamar a superioridade do capitalismo, concluindo que "o comunismo não deu certo". Para os socialistas, no entanto, voltar ao capitalismo representa um retrocesso que reacende as contradições pelas quais se inviabiliza a democracia social.

Reconhecer as falhas do socialismo real não é o mesmo que declarar-se satisfeito com os resultados do capitalismo. Quando, no final do século XX, teve início o neoliberalismo, muitas das proteções ao trabalhador já assumidas pelo Estado foram

Glossário

Socialismo real. *Implantado desde a Revolução Russa de 1917, que instaurou a União Soviética, experiência seguida em outros lugares, como China, Cuba e alguns países africanos e asiáticos.*



Figura 5 • Em 1989, durante manifestação estudantil contra o governo chinês, jovem enfrenta tanques de guerra. Praça da Paz Celestial, Beijim (Pequim), China.

BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

retiradas e, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico nunca visto na história da humanidade, os grandes problemas sociais criados pelo modo de produção capitalista não foram sanados, mas agravados.

Na grande maioria dos países periféricos persiste a má distribuição de renda e a maior parte da população não tem acesso aos mais elementares bens sociais, como indicam as altas taxas de analfabetismo, desnutrição e mortalidade infantil, bem como a carência de moradia.

Em resumo, enquanto o socialismo enfatiza a construção da sociedade igualitária — e defende esse valor, até cerceando as liberdades individuais —, o liberalismo dá destaque à liberdade, mesmo que nessa sociedade "livre" a maioria não tenha acesso aos bens produzidos, o que gera desigualdade.

7 Conclusão

Neste capítulo vimos que na Idade Moderna, em oposição à visão religiosa medieval, buscou-se uma ordem racional e laica nos conceitos de soberania e contrato social, consentimento e obediência política, voltada para a coesão do Estado e a segurança dos indivíduos. Em meio a posições muitas vezes divergentes, são esboçadas as novas linhas que orientariam daí em diante o surgimento das ideias liberais e os primeiros passos em direção à noção de cidadania e democracia.

A partir do século XIX as teorias socialistas se opuseram às liberais, inspirando mudanças em benefício da classe operária, até que no século XX alguns países instauraram o "socialismo real". O retorno ao regime capitalista no final do século recoloca questões presentes desde a modernidade, mas agora em uma sociedade muito mais complexa — a sociedade da informação —, com a economia predominantemente voltada aos serviços.

Nesse sentido, a atual sociedade pluralista deve buscar o consenso, mas sem fazer calar o dissenso, decorrente das diferenças ideológicas, que mantêm vivo o debate democrático.

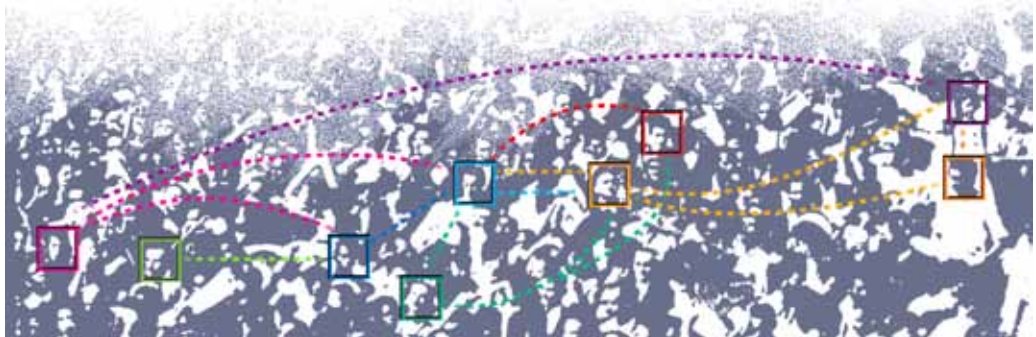
Aqueles que hoje desejam novas vias para superar o simplismo das soluções **maniqueístas** têm como norte o ideal permanente de uma sociedade em que exista liberdade política e individual, e também igualdade. Igualdade não significa necessariamente a inexistência de desníveis e assimetrias — pois as pessoas são sempre diferentes —, mas sim a ausência de exploração de uns sobre outros, seja entre ricos e pobres, homens e mulheres, trabalhadores intelectuais e manuais, etnias falsamente "superiores" e "inferiores".

Por isso mesmo, assim diz o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio:

> "[...] retornou à ordem do dia o tema de um novo "contrato social", através do qual dever-se-ia precisamente dar vida a uma nova força de Estado, diverso tanto do Estado capitalista ou Estado de injustiça, quanto ao Estado socialista ou Estado de não liberdade".
>
> NORBERTO BOBBIO

Glossário

Maniqueísmo. *Atitude de quem vê uma oposição simplista entre algo que representa o bem e outro lado que representa o mal.*



Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exercícios dos conceitos

1 Como se deu o fortalecimento do Estado na modernidade? Utilize em sua explicação os conceitos de soberania e de legitimidade.

Na modernidade surge o conceito de Estado, no qual o poder se centraliza (antes estava diluído em várias instâncias da nobreza). Trata-se do poder soberano, como mando de última instância e que se funda naquilo que lhe dá legitimidade, ou seja, o consentimento das pessoas para a instauração do poder.

2 Explique os conceitos de estado de natureza e de contrato social.

O estado de natureza é uma hipótese dos filósofos políticos do século XVII para supor o que seria a vida comum sem o poder do Estado. As concepções de estado de natureza eram diversas, mas em todas se justificava a necessidade de um pacto, de um contrato que desse o poder legítimo ao soberano (fosse um monarca, uma assembleia de pessoas ou o povo).

3 Leia atentamente as seguintes citações de Rousseau e responda às questões:

Texto 1

"O homem nasce livre e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. Como adveio tal mudança? Ignoro-o. Que poderá legitimá-la? Creio poder resolver esta questão. (...) A ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da natureza: funda-se, portanto, em convenções."

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*, livro I, cap. 1.

Texto 2

"Afirmo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade."

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*, livro II, cap. 1.

a) O texto 1 refere-se a uma característica comum dos teóricos contratualistas. Explique em que diferem as justificativas de Hobbes, Locke e Rousseau para a aceitação do contrato social.

A característica comum é a necessidade do contrato social. As diferenças estão em como entendem o estado de natureza: para Hobbes, é um estado de guerras; para Locke, não haveria como manter a propriedade e a liberdade; para Rousseau, era um estado de liberdade em que vivia o "bom selvagem", mas colocado em risco pela ganância de muitos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

b) No texto 2, a questão apresentada é a da soberania. Explique como esse conceito é visto de maneira diferente pelos três filósofos contratualistas.

Hobbes conclui pelo poder absoluto de um homem ou de uma assembleia de homens; Locke valoriza o Parlamento, como poder soberano; para Rousseau, só o povo é soberano.

c) Que tipo de democracia resulta do pacto social, segundo Rousseau?

Como a vontade de cada um não pode ser alienada, não é possível a democracia representativa, apenas a democracia direta.

4 Entre outras características, o liberalismo apresentou-se desde o início como uma teoria que defende os princípios da laicidade, do não intervencionismo e da legalidade. Identifique cada um deles, comentando como, até os dias de hoje, nem sempre esses propósitos têm sido cumpridos.

Não interferência da religião no Estado, não interferência do Estado nos negócios e estado de direito, garantido pelo respeito às leis. Na segunda parte, discutir como, dependendo do país, certos princípios são violados. Por exemplo, na vigência de torturas; no sistema judiciário que privilegia poderosos; nos Estados teocráticos em que predominam os fundamentalismos etc.

5 Sob que aspectos as teorias socialistas em geral se opõem ao liberalismo?

As teorias socialistas recusam a propriedade privada (ou pelo menos a limitam); além da liberdade, defendem a igualdade, que deveria ser garantida, para que haja justiça social. Algumas das teorias, como o anarquismo e o marxismo, também criticam o Estado, incapaz de instaurar a ordem justa, e aspiram por uma sociedade sem classes.



Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Professor: Consulte o Banco de Questões e incentive os alunos a usar o Simulador de Testes.

Retomada dos conceitos

1 "(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência."

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 23.

A partir desta citação, comente que passagens são indicativas de materialismo e em quais Marx rejeita o idealismo.

Para Marx, as relações de produção independem da vontade dos indivíduos e constituem a estrutura econômica (material). É ela que determina a consciência social, isto é, o que as pessoas pensam (na filosofia, ciência, arte, direito etc.). Portanto, é a matéria que determina a consciência; por isso se fala em materialismo marxista. Marx recusa o idealismo porque, em um primeiro momento, não são as ideias que movem o mundo.



2 Releia a citação de Norberto Bobbio feita na conclusão do capítulo e comente o que você entendeu. Em seguida, posicione-se a respeito.

Ao avaliar hoje o neoliberalismo e o socialismo, Bobbio identifica o capitalismo a um Estado injusto (porque há má distribuição dos bens produzidos), enquanto o socialismo real (na União Soviética, por exemplo) criou o Estado da não liberdade. O desafio é tentar unir a igualdade e a liberdade em um só projeto.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 (UEL)

"Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através do acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e mais bem protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade."

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 139.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contrato social em Locke, considere as afirmativas a seguir.

I. O direito à liberdade e à propriedade é dependente da instituição do poder político.

II. O poder político tem limites, sendo legítima a resistência aos atos do governo se estes violarem as condições do pacto político.

III. Todos os homens nascem sob um governo e, por isso, devem a ele submeter-se ilimitadamente.

IV. Se o homem é naturalmente livre, a sua subordinação a qualquer poder dependerá sempre de seu consentimento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e IV.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

4 Justifique com argumentos a escolha da alternativa assinalada na questão anterior.

A alternativa C se refere às afirmativas II e IV. Segundo a afirmativa II, o liberalismo de Locke se opõe ao absolutismo dos reis, justificando a resistência e a imposição de limites do cidadão à arbitrariedade do poder; de acordo com a afirmativa IV, Locke justifica o contrato social, o pacto que torna o poder legítimo: é o cidadão que o legitima.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Redação

5 Faça uma dissertação, escolhendo um dos temas:

Tema 1: Entre o liberalismo e o socialismo, defendo...

Tema 2: Entre o liberalismo e o socialismo, não defendo nenhum deles, mas sim...

Os dois temas são atuais, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e as transformações ocorridas nos países socialistas. O importante é que o aluno saiba justificar sua posição usando os conceitos aprendidos para defender o liberalismo e criticar o socialismo e vice-versa e para apresentar as críticas possíveis aos dois modelos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

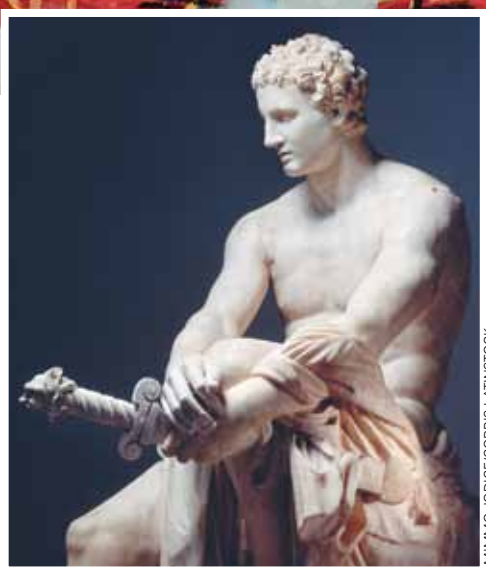
Parte II. ESTÉTICA

CAPÍTULO 4

O que é arte



LICENCIADO POR AUTVIS, BRASIL, 2007.



MIMMO JODICE/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 1 • *Agonia dos pés* (1982), obra de Jean-Michel Basquiat.

Figura 2 • Cópia romana de escultura grega de Ares, possivelmente de Skopas.

1 Introdução

Observe essas duas imagens. O espaço de tempo que as separa é de séculos e ambas são expressões artísticas. A primeira é uma escultura grega que representa os ideais de beleza de sua época, focados na harmonia, no equilíbrio e na proporção das formas. A segunda é do norte-americano Basquiat, grafiteiro das ruas de Nova York e que adquiriu fama, expondo nas mais famosas galerias do mundo.

O contraste entre as duas obras pode nos confundir, levando-nos a perguntar: O que é arte? O que é necessário para identificar uma obra artística? Se a arte visa à beleza, como pode representar o feio, o trágico, a dor? Será que os críticos são unânimes em detectar o que é obra de arte? Gosto se discute? É preciso educar a apreciação artística?

Neste capítulo iremos abordar essas e outras questões, sob o ponto de vista da estética. Mas antecipamos uma dificuldade: a compreensão do conceito de arte é feita com idas e vindas, aproximações e distanciamentos, porque a experiência da arte não se exprime apenas (ou muito pouco) por conceitos.

2 A reflexão sobre a arte

Chamamos estética a reflexão filosófica sobre a arte: o estudo dos julgamentos de beleza que fazemos a respeito da criação e da apreciação artística. Etimologicamente, o termo estética, do grego *aisthesis*, nos remete aos significados de "sensibilidade", "faculdade de sentir", "compreensão pelos sentidos".

Reflita

O assunto da estética interessou aos filósofos desde a Grécia antiga, embora apenas no século XVIII tenha se constituído como campo específico de reflexão.

É bem verdade, no uso comum do termo estética, que o vemos associado aos institutos de beleza, que cuidam da aparência física por tratamentos ou cirurgias "estéticas". Mas aqui nos interessa apenas o sentido específico que o remete à reflexão sobre as obras de arte.

Comecemos com algumas considerações de artistas e filósofos:

- "Todas as artes são como espelhos nos quais o homem conhece e reconhece algo de si que ignorava" (Alain, filósofo).
- "A arte é feita para perturbar" (Braque, pintor).
- "Somente pela arte podemos sair de nós mesmos" (Proust, escritor).
- "O que buscamos na arte, como no pensamento, é a verdade" (Hegel, filósofo).
- "A arte é uma série de objetos que provocam emoções poéticas" (Le Corbusier, arquiteto).

Podemos entender com essas afirmações que a arte é um tipo de conhecimento do mundo e de nós mesmos, mas conhecimento que se alcança pela emoção. Diferentemente da ciência e da filosofia, que captam a realidade sobretudo pela razão, pelo pensamento conceitual, a arte organiza o mundo por meio do sentimento, da intuição e da imaginação.

A arte busca compreender pela sensibilidade e pela **fruição** de um valor, que é o belo. No entanto, na história da estética existem inúmeras definições de arte e de beleza, muitas delas conflitantes, mesmo porque as realizações artísticas dependem da época e da cultura em que surgiram e até da finalidade a que se propunham.

Glossário

Fruição. *Ato de fruir, gozar, desfrutar com prazer.*

Corporações de ofício. *As corporações (ou grêmios) medievais regulamentavam cada profissão, o material a ser usado, o processo de fabricação, as condições de aprendizagem etc.*

3 Artesão e artista

Na Antiguidade e na Idade Média, o conceito de arte se encontrava estreitamente ligado ao do fazer artesanal, tanto é que em grego o termo que a designa é *techné*, o mesmo usado para "técnica". Também em latim, *ars* remete à noção do saber fazer.

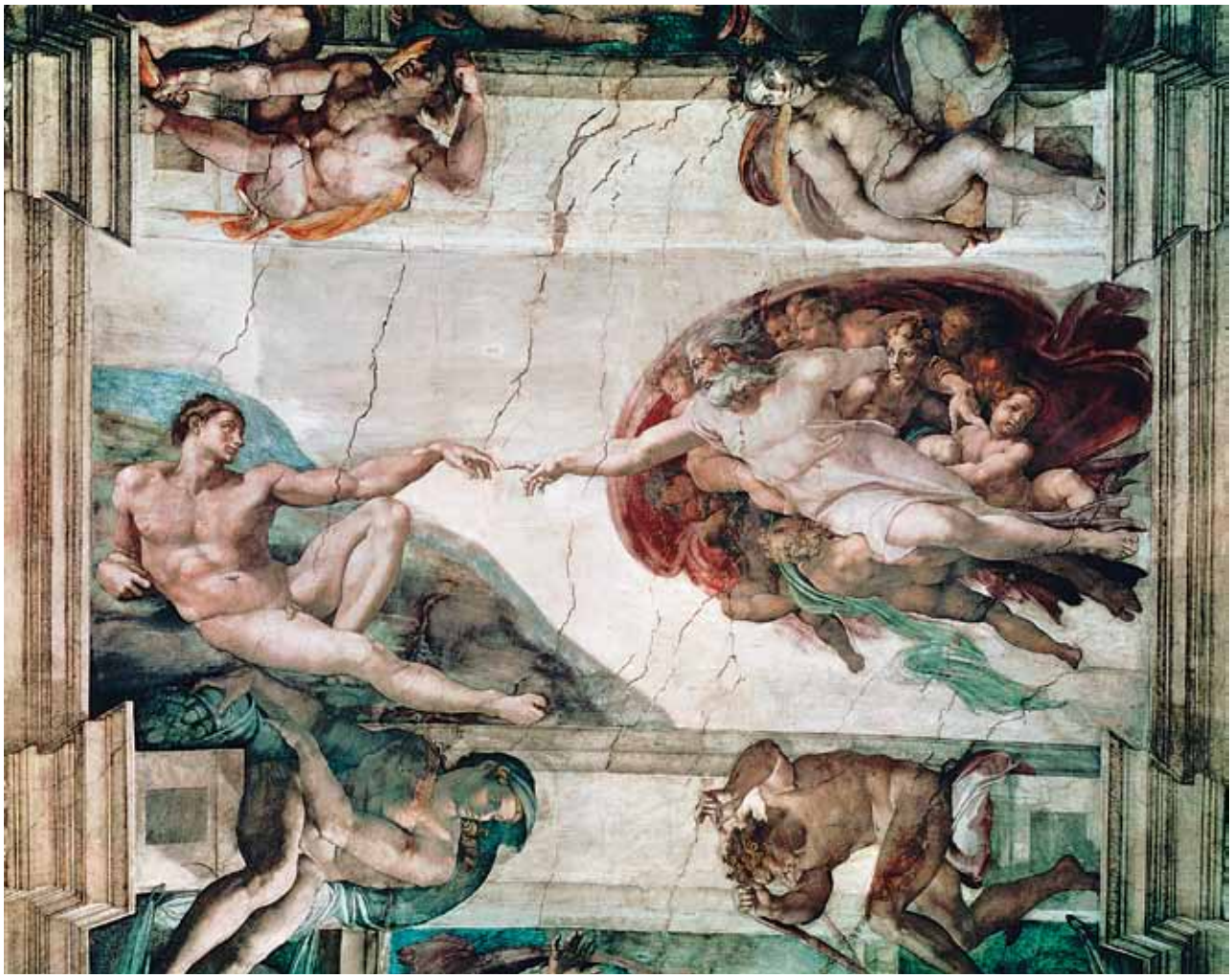
Os artistas eram pouco mais que artesãos e muitas vezes suas obras permaneciam anônimas. Durante a Idade Média, tratava-se de uma profissão submetida às regras das **corporações de ofício**. Foi no Renascimento que essas amarras e

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

restrições se romperam, os artistas ganharam renome, individualidade, autonomia, além de serem disputados pelos **mecenas**. O enriquecimento da burguesia também favoreceu a ampliação do mercado de arte. Sabemos do resultado pelo esplendor da arte renascentista nos mais diversos campos da arquitetura, escultura, pintura, teatro, literatura.

Glossário

Mecenas. *Pessoa rica protetora de artistas. A origem da palavra se deve a Mecenas, um estadista romano (século I a.C.).*



ALINARI ARCHIVES/CORBIS-LATINSTOCK

Figura 3 • *A criação do homem* (1510), de Michelangelo. O artista italiano pintou os afrescos do teto da Capela Sistina, no Vaticano, sob o patrocínio do papa Júlio II.

À medida que a arte se configurava como distinta da simples técnica, foram criados conservatórios e academias para o aprimoramento do fazer artístico. Uma nova concepção de arte começou a se delinear, inicialmente pelo reconhecimento do talento especial do artista, capaz de atividade criadora e não um simples repetidor de padrões, tal como faz o artesão. Mais ainda, por produzir algo que não visa a qualquer utilidade senão a apreciação da beleza.

4 O julgamento do gosto

No século XVIII, o filósofo Kant teoriza na obra *Crítica do juízo* sobre a nossa capacidade de formular julgamentos, entre eles, o juízo estético do gosto. Reconhece a sensação de prazer provocada pelo objeto no sujeito que o aprecia. E ainda mais, que essa apreciação é desinteressada, não visa à aplicação prática imediata, mas apenas ao deleite, à fruição.

Vejamos alguns exemplos. Se apreciamos uma igreja gótica, podemos considerá-la bela, independentemente de saber se ela teve e ainda tem como finalidade o culto

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

religioso, se ela levou séculos para ser finalizada ou se exigiu o trabalho penoso e não reconhecido de milhares de artesãos anônimos. O mesmo se contemplamos as pirâmides do Egito, construídas por escravos para a ostentação dos poderosos. Nada disso nos interessa quando as contemplamos esteticamente — igreja e pirâmide — porque nos voltamos apenas para o prazer ou desprazer que resulta dessa contemplação.

Identifiquemos o que foi dito em duas citações bem conhecidas de Kant:

> "*Gosto* é a faculdade de julgamento de um objeto ou de um modo de representação, por uma satisfação, ou insatisfação, *sem nenhum interesse*. O objeto de uma tal satisfação chama-se *belo*.
>
> O belo é aquilo que, sem conceitos, é representado como objeto de uma satisfação universal".
>
> KANT, Immanuel. *Crítica do juízo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 215.

Justamente por ser a percepção da beleza sentida como satisfação, prazer, fruição, é que ela se apresenta sem conceitos, apenas como juízo estético. Ou seja, não há uma regra, um fundamento conceitual para emitir esse julgamento. Mesmo assim, Kant acrescenta que o belo agrada universalmente, não no sentido de que todos devam apreciar a beleza de modo igual, mas porque encontramos naquele objeto algo que poderia ser apreciado por outros. Por exemplo, quando lemos um poema que nos agrada, tendemos a mostrá-lo a outras pessoas nas quais, esperamos, provocará o mesmo prazer.

Além disso, Kant destacou outras características da arte, tais como a originalidade e a exemplaridade. De fato, o talento do artista está em fazer não o que já está estabelecido por regra, mas algo original. Só então sua inovação poderá servir de modelo, de exemplar transformado em medida e regra de apreciação e imitado por seguidores.

Transpondo essas ideias para os dias de hoje, percebemos a dinâmica da atividade artística, em que os artistas iniciantes frequentam museus, copiam inicialmente os mestres que os influenciam, para só então buscar o estilo próprio, aquele que irá, por sua vez, lhes conferir (se conseguirem...) a originalidade artística.

Os artistas que inovam constituem a **vanguarda** e por isso mesmo nem sempre são compreendidos ou aceitos em um primeiro momento, por desafiarem a sensibilidade corrente no seu tempo. Seguindo o curso dessa dinâmica, quando uma determinada tendência se esgota, exige outra renovação. Esse movimento ocorre também na produção do artista, que em sua vida passa por fases diferentes.

Glossário

Vanguarda. *Dianteira, pioneirismo; o termo original, do francês* avant-guarde, *refere-se ao batalhão militar que vai à frente, antes de todos.*

Acadêmico. *O que é próprio da academia (de natureza científica, filosófica, artística, esportiva etc.); no contexto, o estilo de arte enrijecido por padrões.*

Reflita

No final do século XIX, grupos de artistas se opuseram às convenções da arte **acadêmica**, entre eles os impressionistas (Monet, Manet, Renoir, Seurat e outros). Apesar de recusados em salões oficiais, abriram caminho para a arte contemporânea.

Outra ideia que ainda persiste nesse conceito de obras exemplares é que, além do artista, também o público fruidor deve educar o seu olhar pela frequentação das obras de arte, refinando o seu gosto. Nesse sentido, podemos responder afirmativamente à pergunta corriqueira: "Gosto se discute?".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Evidentemente, isso não significa igualar os gostos ou fixar padrões de apreciação. Mas se gostamos de cinema, é preciso assistir a filmes, ler o que dizem os especialistas, participar de discussões para aprimorar nossa percepção e sensibilidade e depois os apreciarmos por nós próprios. O mesmo com relação à literatura, ao teatro, às artes plásticas e assim por diante.

5 Belo e feio

É possível que, ao nos referirmos à beleza, alguns a estejam identificando ao que é bonito, harmonioso, perfeito, completo. No entanto, há obras de arte que privilegiam o feio, o disforme, o dissonante, o horror. Como poderiam ser belas?

Kant já dizia que a obra de arte não é a representação de uma coisa bela, mas sim "a bela representação de uma coisa". Nesse sentido, ela pode representar o que for, desde que atraia nossa atenção, desperte em nós sensações desconhecidas (ou adormecidas) e nos faça sentir a realidade de outra maneira, ainda que de um modo chocante.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



SUCESSION PABLO PICASSO, "GUERNICA"/ LICENCIADO POR AUTVIS, BRASIL, 2007

Figura 4 • *Guernica* (1937), de Pablo Picasso. O bombardeio da cidade basca simboliza o horror diante da violência desmedida.

Por exemplo, um dos famosos quadros de Picasso é *Guernica*, nome da cidade basca, na Espanha, bombardeada pela aviação alemã nazista, com a conivência do general Franco, em 1937. O pintor, conhecido pelo uso de cores fortes, usou nessa tela apenas o branco, o cinza e o preto. Figuras recorrentes em suas obras, o touro e o cavalo — este na agonia da morte —, permeiam as vítimas impotentes diante da desgraça. Não se trata de uma tela agradável, pelo contrário, representa a tragédia, expressa no sofrimento e desespero das vítimas. E, no entanto, é bela.

Assim diz Mikel Dufrenne:

> "Mas o que é, então, o belo? Não é uma ideia ou um modelo. É uma qualidade presente em certos objetos – sempre singulares – que nos são dados à percepção. (...) O objeto belo me fala e ele só é belo se for verdadeiro. Mas o que me diz? Ele não se dirige à inteligência, como objeto conceitual (...), nem à vontade prática como objeto de uso (...), nem à afetividade como o objeto agradável ou amável: primeiramente ele solicita a sensibilidade para arrebatá-la".
>
> DUFRENNE, MIKEL. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1972. pp. 45-46.

Reflita

A citação de Dufrenne retoma conceitos já vistos: o objeto artístico é singular e concreto, apresenta-se à sensibilidade (sem conceito), visa ao prazer (ou o arrebatamento), é desinteressado e busca o verdadeiro.

A arte provoca em nós a capacidade de compreender pelo sentimento determinada emoção. Portanto, a arte anseia pela autenticidade, pelo verdadeiro. Para Sartre, a tarefa da arte é nos "restituir o mundo", e não ocultá-lo.

6 Arte e verdade

Aqui nos deparamos com mais uma questão, nessa intrincada aproximação com a arte e o belo: não dizíamos que a obra de arte se dá aos sentidos, à sensibilidade? Como ela pode buscar o verdadeiro e ao mesmo tempo ser fruto da imaginação, da ficção? De fato, à arte agradam as metáforas, mas nem por isso estas a distanciam da realidade. Ao contrário, dão condições para melhor entendê-la.

Por exemplo, Franz Kafka, na novela *A metamorfose*, conta a história de Gregor Sansa, que certo dia, ao acordar, percebe ter se transformado em um inseto. Inverossímil? Não, desde que possamos imaginar o que simboliza o processo de desumanização do indivíduo — transformado metaforicamente em animal —, seja pelo trabalho sem prazer e sem sentido, seja pela alienação e pelo conformismo, seja pela insensibilidade das relações afetivas.

Glossário

Unívoco. *Que só permite uma interpretação.*

Caberá ao leitor interpretar, não exatamente o que o artista quis dizer, porque a obra de arte não é **unívoca**, mas aberta a múltiplas interpretações. Basta lembrar como as tragédias gregas, escritas há mais de vinte e cinco séculos, são ainda lidas e encenadas, lançando luz nova sobre problemas do nosso tempo.

É preciso, no entanto, não entender mal o que representa essa busca do verdadeiro, sobretudo na arte contemporânea, a fim de não reduzi-la a um processo de conhecimento (comprometida em reproduzir a realidade tal e qual), nem torná-la mero instrumento de conscientização das pessoas. Essas duas tendências, como veremos a seguir, existiram — e ainda existem —, mas não caracterizam a especificidade do fazer artístico.

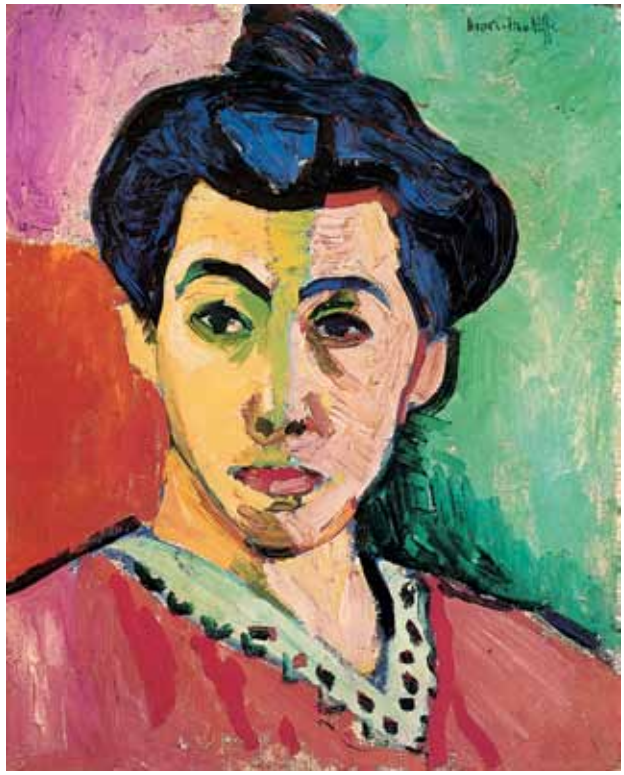
6.1 A arte naturalista

Desde os gregos, a arte aparece como imitação da realidade. Imitação que Platão critica como modo de estimular a ilusão e as paixões, por desviar o ser humano da contemplação das ideias verdadeiras e da sobriedade necessária ao viver.

Aristóteles, embora continuasse aceitando a ideia de arte como imitação, ameniza a teoria platônica, mas vê na arte uma invenção que idealiza a representação da realidade, ao mostrá-la de um modo mais nobre. Não por acaso, basta olhar as esculturas gregas para encontrar nelas os ideais de proporção do corpo humano.

No entanto, no final do século XIX, surgiram movimentos artísticos para desligar a representação pictórica da tirania da imitação do real, ou seja, do naturalismo em arte. Entre eles os já citados impressionistas, mas também os expressionistas, cubistas, surrealistas, representantes da arte abstrata (não figurativa) e tantas outras tendências.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



AGUARDANDO AUTORIZAÇÃO DA AUTVIS

Figura 5 • *Madame Matisse* (1905), de Henri Matisse. Também conhecida como "Retrato com listra verde", essa tela é bem representativa do movimento pictórico fauvista. As pinceladas largas e pastosas, as formas e cores intensas e audaciosas indicam o abandono da tendência naturalista.

A crise do naturalismo se acentuou também devido à era da técnica fotográfica, muito mais fiel à realidade. No entanto, mesmo a fotografia, que tem a função de informar, testemunhar, viu sua técnica transformada em arte. O mesmo vale para a televisão, na **videoarte**, e os computadores, que fizeram nascer a **arte cibernética**.

Glossário

Videoarte. *Imagens e sons gravados em vídeo com finalidade artística.*

Arte cibernética. *Movimento artístico que usa técnicas como a informática.*

Engajamento. *Voltar-se para a análise da situação concreta em que se vive, para interferir nos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo.*

6.2 Visão pragmática da arte

É comum, ainda hoje, as pessoas buscarem uma aplicação prática para a arte: um quadro para enfeitar a sala, um filme para distrair, um romance para convencer alguém sobre política ou moral, uma escultura para homenagear uma figura importante e assim por diante.

Ao longo da história, pinturas com tema religioso instruem os fiéis, são levantados templos cujo ambiente favorece o recolhimento que a oração exige, sempre auxiliado pela música adequada que inspira a espiritualidade. Os governos constroem monumentos para rememorar vitórias guerreiras, palácios e túmulos que tornam o poder mais visível aos olhos do povo. Igualmente, artistas politizados recorrem à arte para envolver pessoas pelo que se chamou **engajamento**.

O pragmatismo na arte não é criticável, com a condição de não desviá-la daquela característica já assinalada do objetivo estético e portanto desinteressado da obra de arte. Assim diz o historiador da arte Harold Osborne:

> "Podemos apreciar as obras de arte como veículos de valores não estéticos — morais, sociais, religiosos, intelectuais e outros; e a experiência será ainda mais rica por isso. Mas se respondermos diretamente a esses outros valores (...), não estaremos apreciando o objeto esteticamente como obra de arte".
>
> OSBORNE, Harold. *Estética e teoria da arte*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 145.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Figura 6 • *A amizade do povo*, (c. 1930), autor desconhecido. O realismo socialista, vigente no período do governo socialista da União Soviética, destacava o papel pragmático da arte, que deveria estar comprometida com os ideais revolucionários.

Às vezes, o poder instituído procura instrumentalizar a arte, impondo padrões pseudoestéticos. Foi o que aconteceu na primeira metade do século XX, na então União Soviética: artistas acusados de estar a serviço da burguesia eram censurados, enquanto se estimulava um tipo de arte chamada de realismo socialista, que exaltava os valores revolucionários.

Do mesmo modo, durante o totalitarismo alemão, a arte se submetia ao ideário nazista e Hitler chamava de "arte degenerada" a produção contemporânea. No Brasil governado pela ditadura militar, a censura proibiu músicas, filmes, livros e fechou teatros. No século XXI, no Afeganistão ocupado pelos talebans, persistia a censura de músicas e filmes.

Glossário

Etária. *Relativa à idade.*

Reflita

A censura possível na democracia é a **etária** ou a que condena expressões ilegais, tais como racismo, sexismo ou apologia ao crime. Outras infantilizam os adultos, submetidos a decisões aleatórias de moralistas de plantão.

6.3 Visão formalista: a autonomia da arte

Destacamos neste capítulo a autonomia da arte, expressa na sua função formalista, que sobrepõe os aspectos estéticos aos interesses naturalistas ou pragmáticos. A arte visa à beleza, construída pela intuição do artista e fruída por meio do sentimento.

Portanto, o critério para identificar a obra de arte não depende de "para o que ela serve", nem se é ela "fiel à realidade", ainda que, por decorrência, esses dois aspectos coexistam nela e tenham considerável importância.

O que importa é se ela é capaz de sustentar a apreciação puramente estética de quem a desfruta, avaliada pelos seus aspectos formais.

Resta reforçar que esse processo de apreciação da arte supõe a educação da percepção tanto do artista como do fruidor que a contempla, o que ocorre pela convivência frequente com os objetos artísticos.

7 Conclusão

Se retomarmos as duas ilustrações do início do capítulo — a escultura grega e a tela do grafiteiro Basquiat, podemos perceber as mudanças dos padrões que determinavam o fazer artístico desde a Antiguidade até uma das expressões da arte contemporânea. Percebemos então que a orientação formalista deu autonomia à arte, desvinculando-a dos aspectos naturalistas e pragmáticos, ainda que, como dissemos, essas visões possam nela coexistir.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exercícios dos conceitos

1 Releia as duas citações de Kant e explique o significado delas.

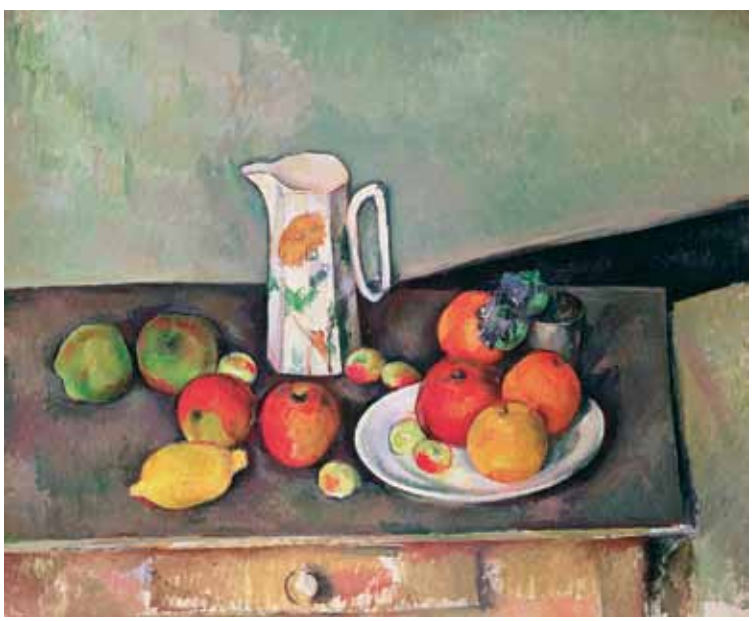
a) "*Gosto* é a faculdade de julgamento de um objeto ou de um modo de representação, por uma satisfação, ou insatisfação, *sem nenhum interesse*. O objeto de uma tal satisfação chama-se *belo*."

b) "O belo é aquilo que, sem conceitos, é representado como objeto de uma satisfação universal."

Para Kant, somos atraídos (ou não) por uma obra desinteressadamente, sem ver nela qualquer utilidade, além da satisfação (ou não) que nos inspira sua beleza. Essa satisfação (fruição) se realiza sem que se precise recorrer a conceitos explicativos, porque a arte é percebida pela sensibilidade por meio da intuição, é uma compreensão pelo sentimento. A arte pode provocar uma satisfação universal, pois tende a provocar em outros o mesmo prazer com relação ao sentimento do belo.

2 "De uma maçã pintada por um pintor vulgar, diz-se: *seria possível comê-la*. De uma maçã pintada por Cézanne: *ela é bela!* Ninguém ousaria descascá-la, todos gostariam de copiá-la". A partir da citação do pintor Paul Sérusier, aplique o conceito kantiano de *exemplaridade* da obra de arte.

Paul Cézanne (1839-1906) buscou novos caminhos para a expressão pictórica. Suas pinceladas não eram limitadas por contornos e muitos as criticavam como borrões, mas Cézanne não tinha intenção de criar ilusão naturalista como na pintura acadêmica. Sua arte foi exemplar para os pintores de sua época, sobretudo os impressionistas.



THE BRIDGEMAN ART LIBRARY INTERNATIONAL-GETTY IMAGES

Natureza morta (c. 1878), de Cézanne. Paris, Coleção Lecomte.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Explique qual é o sentido da afirmação de Kant, segundo a qual a obra de arte não é a representação de uma coisa bela, mas sim "a bela representação de uma coisa". Dê exemplos que você conheça.

Nem sempre o objeto artístico é bonito, harmonioso, perfeito. Pode representar o feio, o disforme, o horror. Porém, se desperta em nós sensações desconhecidas e nos faz sentir a realidade de outra maneira, pode ser bela. Exemplo: as fotos de Sebastião Salgado que retratam a miséria e o sofrimento humano pelo mundo; um filme sobre a escravidão; um romance que trata de velhice, morte e doença etc.

4 Considerando que não conhecemos apenas pela razão, mas também pelo sentimento, justifique a importância do ensino de arte na escola.

A apreciação estética é refinada pela educação e pela frequentação das obras de arte, pelas quais se apura a sensibilidade. Por isso mesmo é que dizemos que gosto se discute, sim!

5 Reveja a reprodução da tela *Madame Matisse*. Dizem que, durante uma exposição, ela foi criticada pelo fato de não existirem mulheres verdes, ao que o pintor teria retrucado: "Mas isto não é uma mulher, é uma pintura". A partir da resposta, atenda às questões:

a) A resposta do pintor representa o rompimento com a orientação da pintura da sua época. Qual era essa tendência?

A tela de Henri Matisse (1869-1954) rompe com a tendência naturalista. Ele fez parte dos movimentos que inauguraram a arte contemporânea.

b) Em que medida ainda hoje persiste a tendência representada pelas pessoas que criticavam Matisse?

Os espectadores que não frequentam as artes tendem a esperar do pintor a representação fiel da realidade.

6 Reúna-se com seu grupo para discutir, com argumentos, uma das teses a seguir. Depois, exponha a posição do grupo à classe:

a) A arte tem por função nos divertir e nos fazer esquecer as dificuldades e sofrimentos da vida.

b) A arte tem por função nos colocar diante da realidade, seja ela prazerosa, difícil ou até terrível.

A primeira tese é dos que veem na arte apenas a capacidade de entreter, passar o tempo e, em certo sentido, até alienar, já que visa nos ocultar aquilo que nos incomoda. Na segunda tese a arte recupera uma característica fundamental: a de conhecer pelo sentimento. Nesse sentido, ela nos coloca diante do sofrimento, mas também da alegria.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 Faça a crítica da fábula *A cigarra e a formiga*, de La Fontaine, do ponto de vista da função do artista.

Jean de la Fontaine (1621-1695), poeta francês, tornou-se famoso pelas suas fábulas, de cunho moralista (algumas compiladas do grego Esopo). Nessa, especificamente, revela o interesse dos ideais da burguesia capitalista que enfatizava o trabalho em detrimento do ócio e do lazer. Consequentemente, aquela fábula desvaloriza a atividade artística.

Professor: Consulte o Banco de Questões e incentive os alunos a usar o Simulador de Testes.

Retomada dos conceitos

1 Comente a frase do escritor Oscar Wilde: "Não existem livros morais ou imorais. Os livros são mal ou bem escritos. É tudo" (prefácio do romance *O retrato de Dorian Gray)*.

Segundo o autor, só se avalia uma obra literária esteticamente e não de modo pragmático, no caso, sob o viés moral. Convém que o aluno se posicione a respeito, podendo estender a questão para aspectos políticos, religiosos etc.

2 Fazer uma pesquisa para diferenciar pichação e grafite (ou *graffiti*). Qual desses modos de expressão pode ser considerado artístico?

Há pessoas que identificam o fenômeno da pichação — acusada de vandalismo — como um protesto de jovens de segmentos mais pobres em busca de um modo de expressão que a cidade lhes negou. Para evitar o dano do bem público ou privado, outros grupos incentivaram o uso de espaços permitidos, experiência que gerou a arte dos grafiteiros.

3 Tendo em vista o caráter subversivo da arte, reúna-se em grupo para pesquisar exemplos de expressões artísticas que foram objeto de censura no tempo da ditadura no Brasil (desde 1964 e intensificada a partir de 1968).

Várias peças de teatro foram proibidas (na encenação de *Roda Viva*, de Chico Buarque, o teatro foi invadido pela polícia); o filme *Je vous salue Marie* (que literalmente significa "Eu a saúdo, Maria", "Salve, Maria" ou "Ave, Maria" — a saudação do anjo Gabriel ao anunciar a gravidez de Maria), de Godard, foi proibido para qualquer cidadão por ser considerado sacrílego; as letras de música eram submetidas à censura (Chico Buarque se viu obrigado, por um certo tempo, a usar pseudônimo).

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

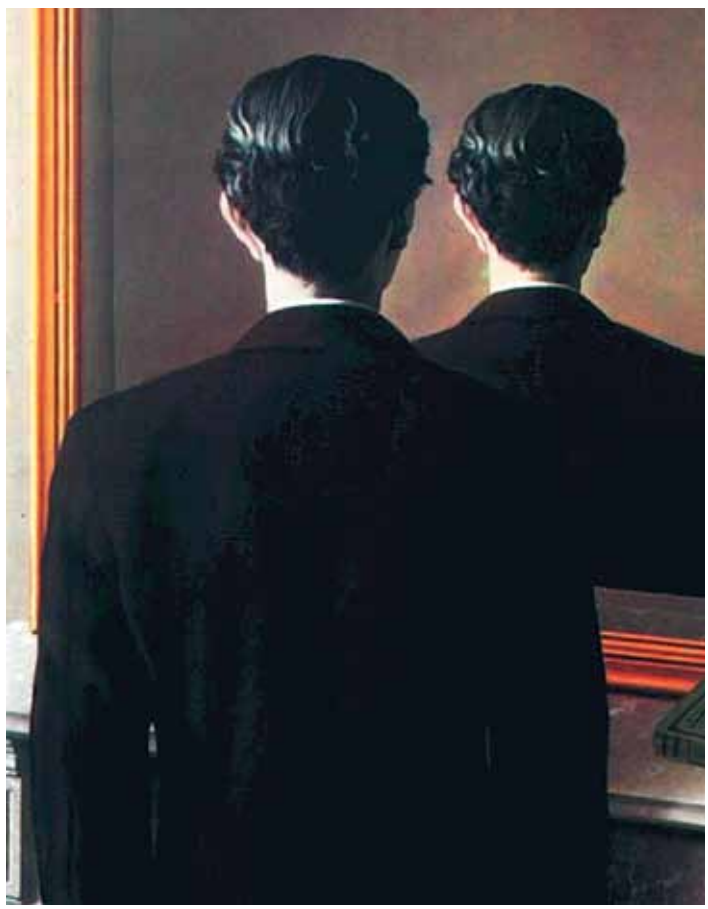
4 "Uma parte de mim / é só vertigem; / outra parte, / linguagem." Pesquise e transcreva em seu caderno o poema integral *Traduzir-se*, de Ferreira Gullar, do qual extraímos esses versos. Relacione o que o poeta diz sobre a arte com o que vimos no capítulo.

A poesia é toda cheia de contraposições entre razão e delírio, rotina e espanto, vertigem e linguagem, aspectos da vida que nem sempre são compreendidos apenas por conceitos. Cabe à arte, tão necessária (uma questão de vida e morte) fazer essa tradução, pelo sentimento, daquilo que a razão não é capaz.

5 Podemos educar o nosso olhar pela frequentação das obras de arte, refinando o gosto estético. Individualmente ou em grupo, realizar uma visita a um museu, de preferência com o acompanhamento de monitores. Depois, compartilhar a experiência com a classe.

A sugestão de visita a um museu pode ser alterada para uma sessão de cinema, uma peça de teatro, exposições. Sugere-se buscar a opinião de diversos críticos sobre o espetáculo para enriquecer a discussão.

6 (UFMG) Observe este quadro:



A reprodução proibida (1937), de René Magritte.

AGUARDANDO AUTORIZAÇÃO DA AUTVIS

Agora, leia esta citação:

"A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade".

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1968. pp. 17-18.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Redija um texto estabelecendo uma correlação entre o quadro e a citação.

A interpretação é pessoal. Espera-se que o aluno explique qual é a função da imaginação na arte e relacione com a tela de René Magritte (1898-1967). Pintor belga, do movimento surrealista, lida com a imaginação exaltada ao extremo. Na tela, brinca com o espelho que recusa mostrar o rosto: a pintura certamente não é para ele um espelho da realidade (é a reprodução proibida). Em seus quadros, sempre introduz o imaginário no real.

Desafio I: Perspectivas democráticas

Para encerrar este módulo, propomos uma discussão sobre as diversas perspectivas da implantação da democracia.

1 Junto com os colegas, escolher os temas pertinentes à discussão do grupo. A lista a seguir pretende ser apenas exemplificadora, sendo possível rejeitar alguns temas e acrescentar outros.

a) Democracia representativa: importância do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e do equilíbrio dos três poderes.

b) Direitos e deveres dos cidadãos: a cidadania ativa, as forças políticas da sociedade civil, as organizações não governamentais (ONGs).

c) Democracia e exclusão: as deficiências da democracia substancial; os sem-teto, sem-terra, sem-escola, os marginalizados da cultura, a exclusão digital (falta de acesso aos meios eletrônicos) etc.

d) Democracia e liberdade de expressão: imprensa e censura; liberdade artística, religiosa etc.

e) Democracia e ambiente: a preservação da natureza.

2 Pesquisar sobre o tema escolhido (em livros, *sites*, por meio de entrevistas etc.)

3 Elaborar um texto com as conclusões do grupo.

4 Preparar uma apresentação para a classe a partir das conclusões.



Professor: Pretende-se que os alunos sejam capazes de perceber os inúmeros aspectos da implantação da democracia em diferentes espaços possíveis e que também desenvolvam um olhar crítico sobre a fragilidade da democracia e os desvios enfrentados para viver uma cidadania ativa. Outras indicações no Plano de Aulas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desafio II: Tendências da arte pictórica

Picasso e a arte formalista

1 Faça uma pesquisa sobre a vida e a obra de Picasso.

2 A partir do que você pesquisou e dos conceitos aprendidos no capítulo 4, "O que é arte", responda às questões.



A primeira comunhão, (1896), de Pablo Picasso. Museu Picasso, Barcelona, Espanha. O artista pintou esse quadro quando tinha 15 anos.

a) Observe a reprodução da tela de Picasso, que retrata a primeira comunhão de sua irmã Lola. Explique essa afirmação do pintor, tendo em vista a concepção de arte que ele desenvolveu no seu percurso artístico. "Aos 12 anos desenhava como Rafael, mas necessitei toda uma vida para aprender a pintar como um menino."

Ainda muito jovem, Picasso pintava quadros figurativos e realistas, com técnica impecável. Filho de um professor de desenho, aos 15 anos foi aceito na Escola de Belas Artes de Barcelona pelo reconhecimento da perfeição de seus quadros, no mais estrito estilo acadêmico. No entanto, aos 19 anos viajou para Paris e deu início a uma dinâmica que o afastaria gradualmente da pintura tradicional, sobretudo pela influência de artistas de vanguarda, como os pintores Cézanne, Matisse, Braque, os escritores Jean Cocteau e Paul Éluard, assim como o contato com as obras dos expressionistas. Essas múltiplas experiências o afastaram cada vez mais da preocupação com a reprodução fiel da realidade. Passou por diversas fases, simplificando as linhas e usando as cores sem compromissos com o naturalismo tradicional. Só então pôde deixar de lado sua perícia no desenho, para "pintar como uma criança", desprendido da exigência de padrões rígidos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

b) "Pinto como penso, não como vejo." Explique em que sentido a frase de Picasso se aplica à sua pintura e à arte contemporânea em geral.

Picasso desligou-se dos compromissos com o naturalismo e a visão pragmática, portanto não precisaria reproduzir a realidade tal e qual nem defender posições pragmáticas. Quando desenhava um rosto simultaneamente de frente e de perfil, tinha como parâmetro o modo como o pensava, não como o via de fato: o olho da mente do pintor é diferente do olho do seu corpo, porque a mente é capaz de perceber vários aspectos ao mesmo tempo. Assim, a perspectiva formalista da arte volta-se para formas e cores e permite o descompromisso com a cópia. Esse é o caminho que a arte contemporânea em geral vem percorrendo, mesmo nos casos em que o artista permanece fiel ao figurativismo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exposição: expressões da arte pictórica

1 Você e seu grupo vão escolher uma das seguintes tendências artísticas:

- arte acadêmica (Ingres);
- cubismo (Picasso, Braque);
- futurismo (Marinetti);
- fauvismo (Matisse);
- abstracionismo (Mondrian, Kandinsky, Volpi);
- expressionismo (Van Gogh);
- impressionismo (Monet, Degas, Renoir);
- surrealismo (Magritte, Dalí).

2 Selecionar e providenciar a reprodução de algumas obras representativas da tendência escolhida, em tamanho grande, para serem apresentadas à classe.

3 Expor à classe as reproduções e comentar os principais aspectos de cada tendência, indicando-os nas pinturas.

Professor: As tendências artísticas, bem como seus representantes, poderão ser alteradas, dependendo dos interesses dos alunos e das sugestões do professor de Artes, que pode ser convidado a participar da atividade. Pode-se também estender a pesquisa (ou mudar o foco) para outras artes.

UNO

Editora chefe: Maria Beatriz de Campos Elias
Editora executiva: Angélica Pizzutto Pozzani
Edição: Carlos Zanchetta
Assistência editorial: Vivian Lobato Fonseca Ferreira
Preparação: Luiz Carlos Gonçalves de Oliveira
Coordenação de *design* e projetos visuais: Sandra Botelho de Carvalho Homma
Projeto gráfico: Signorini Produção Gráfica
Coordenação de produção gráfica: André Monteiro, Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de arte: Aderson Oliveira
Edição de arte: Benedito Reis Minotti, Fabio Ventura, Ricardo Yorio, Roberto Figueirinha
Editoração eletrônica: Sammartes
Ilustrações: Fabio Ventura
Coordenação de revisão: Estevam Vieira Lédo Júnior
Revisão: Carmen Olivieri, Solange Lemos
Coordenação de pesquisa iconográfica: Ana Lucia Soares
Pesquisa iconográfica: Maria Magalhães
As imagens identificadas com a sigla CID foram fornecidas pelo Centro de Informação e Documentação da Editora Moderna.
Coordenação de *bureau*: Américo Jesus
Tratamento de imagens: Evaldo de Almeida, Fabio N. Precendo, Rubens M. Rodrigues.
Pré-impressão: Helio P. de Souza Filho, Marcio Hideyuki Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wilson Aparecido Troque

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados.

SANTILLANA
Rua Padre Adelino, 758 – Belenzinho
São Paulo – SP – Brasil – CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (11) 2602-5510
Fax (11) 2790-1501
www.uno-internacional.com
0800 55 16 11
2013

UNO INTERNACIONAL

FILOSOFIA
Maria Lúcia de Arruda Aranha